

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FILIPE VICENTINI FAETI

Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT):

Um estudo exploratório

Maringá

2019

FILIPPE VICENTINI FAETI

Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT):

Um estudo exploratório

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes.

Maringá

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F149c

Faeti, Filipe Vicentini

Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) : um estudo exploratório / Filipe Vicentini Faeti. -- Maringá, PR, 2019.
79 f.: il., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

1. Partidos políticos. 2. Partido dos Trabalhadores (PT). 3. Eleitorado. 4. Partidos políticos - Filiado. 5. Democracia. I. Gimenes, Éder Rodrigo, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDD 23.ed. 324.2

FILIPE VICENTINI FAETI

**Como atuam os filiados ao partido dos trabalhadores (PT): um estudo
exploratório**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Eder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (UEM)



Prof.ª Dr.ª Meire Mathias
Coordenadora do PGC (UEM)

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2020

Local de defesa: Bloco C67, sala 009, *campus* da Universidade Estadual de Maringá

*Ao meu pai, Washington Vladimir Faeti,
pelo apoio irrestrito e, nunca deixar me
faltar nada e, me ensinar valores que
busco cultivar no dia a dia, como a
empatia, a humildade e a perseverança.
A minha mãe, Ana Lúcia Vicentini Faeti,
por abrir mão de seus sonhos pela
dedicação e amor incondicional aos
filhos, a quem busco sempre orgulhar.*

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta dissertação contou com ajuda de diversas pessoas, as quais agradeço:

Ao meu pai, Washington pela educação, respeito e exemplo;

À minha mãe pelo amor, cuidado e ternura;

Às minhas irmãs, Pâmela e Pávila, mulheres inspiradoras que nunca me deixaram abater nos momentos difíceis desta trajetória. Junto a elas agradeço ao meu cunhado Hugo Casaroto, e aos meus sobrinhos Tiago e Lívia pelos momentos de descontração, afeto e cuidado;

Ao meu irmão de sangue Francisco;

Aos meus amigos, Leonardo, Hugo Bernardo, Gustavo, Daniel, João Pedro, Rayne e Pablo (e tantos outros) pela compreensão das ausências e afastamento temporário dos bares, churrascos e jantas;

As minhas amigas que compartilharam as angústias do caminho de uma pesquisa científica, Allana Fachini, Milena Belançon, Carolina Guarnieri e Flávia Pacheco, aos colegas do Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL) e Grupo de Estudos em Cultura, Comportamento Político e Democracia (CPDC);

A minha namorada, Larissa Wachholz, responsável por adequar esta dissertação nas normas formais, e, também agradeço por inúmeros momentos em nossa relação, principalmente o crescimento, o companheirismo e a realização mútua;

A Heloisa Domingues e João Domingues, pessoas queridas que fizeram minha passagem por Florianópolis mais leve;

Ao corpo docente e técnico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEM, em especial a Simone Dourado e Carla Almeida pela influência em minha formação. Assim como Fagner Carniel e Hilton Costa pelos conselhos, conversas e cafés;

Ao orientador e amigo, Éder Rodrigo Gimenes, as discussões, apontamentos, correções e autonomia que me estimularam ao amadurecimento acadêmico durante a dissertação. Exemplo de profissionalismo, dedicação, excelência e respeito pela produção científica;

A Ednaldo Ribeiro e Rafael da Silva, pela leitura e apontamentos na banca de qualificação desta dissertação;

A Julian Borba, por aceitar compor a banca de defesa da dissertação e pelos comentários e correções decorrentes da participação;

A Roberto Paludo, pela disponibilização do banco de dados utilizados nesta dissertação;

A todos professores que passaram pela minha trajetória desde o ensino básico, que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo incentivo à produção acadêmica por meio da bolsa de estudos, possibilitando a dedicação exclusiva do aluno a ciência. Aproveito esse espaço e faço um pedido: que estas práticas sejam mantidas e ampliadas;

Todos os méritos desta dissertação, em alguma medida, se devem a essas pessoas, enquanto as limitações são de responsabilidade do autor.

“Pois não estavam vendo que ele era de carne e osso? Tinha a obrigação de trabalhar para os outros, naturalmente, conhecia o seu lugar. Bem. Nascera com esse destino ruim. Que fazer? Podia mudar a sorte? Se lhe dissessem que era possível melhorar de situação, espantar-se-ia. Tinha vindo ao mundo para amansar brabo, curar feridas com rezas, consertar cercas de inverno a verão. Era sina. O pai vivera assim, o avô também. E para trás não existia família. Cortar mandacaru, ensebar látegos – aquilo estava no sangue. Conformava-se, não pretendia mais nada. Se lhe dessem o que era dele, estava certo. Não davam. Era um desgraçado, era um cachorro, só recebia ossos. Por que seria que os homens ricos ainda lhe tomavam uma parte dos ossos? Fazia até nojo pessoas importantes se ocuparem com semelhantes porcarias.”

Graciliano Ramos, Vidas Secas

Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT): Um estudo exploratório

RESUMO

Na Ciência Política, estudos a respeito das modalidades de engajamento político as diferem entre tradicionais e não tradicionais, embora haja atores que se engajam de distintas ou múltiplas maneiras por meio de repertórios. Em democracias consolidadas, a queda no ativismo tradicional não se restringe ao comparecimento eleitoral, atingindo também o partidarismo, as taxas de filiação a partidos políticos e a intensidade no engajamento partidário. Em jovens democracias, como a brasileira, onde sequer houve um período de tradição partidária, o debate se concentra no comportamento eleitoral e identificação partidária, e pouco se sabe a respeito dos filiados a partidos políticos. Em sua maioria, os estudos indicam a centralidade do Partido dos Trabalhadores (PT) à estruturação do sistema partidário brasileiro, o seu destaque em termos de identificação eleitoral, a relevância de movimentos sindicais, religiosos e associativos em sua fundação e a alteração das bases sociais após a eleição de Lula à presidência em 2002. Nesta dissertação, o objetivo foi investigar como os filiados petistas atuam, tanto no interior do partido quanto no âmbito social. Os resultados indicam que, internamente os filiados atuam nas atividades relacionadas ao período eleitoral e socialmente os vínculos são majoritariamente com os grupos históricos constitutivos do petismo. Com relação ao tempo de filiação, os velhos são o núcleo duro responsáveis pelo funcionamento do partido, ao passo que os novos filiados atuam mais socialmente. Por fim, os filiados petistas acionam repertórios de participação política a depender do contexto, na medida em que compartilham a atuação social e partidária.

Palavras-chave: Partido Político. Partido dos Trabalhadores. Eleitorado. Filiados. Democracia.

How the affiliated of the Worker's Party work: An exploratory study

ABSTRACT

In political Science, studies about political engagement modalities differ by traditional and non-traditional, although there are activists who engage with distinct or multiple ways by means of repertoire. In consolidated democracies, the decline in traditional activism is not restricted only to the voter turnout, but also achieving partisanship, the membership fees to political parties and the intensity of party engagement. In Young democracies, as Brazilian is, who there wasn't even a party tradition period, and little is known about those affiliated to political parties. Most of them, studies indicate the centrality of Partido dos Trabalhadores (PT) to structuring of Brazilian party system, the prominence about electoral identification, the relevance of union movements, religious and associations movements when it was founded and the change of social basis after Lula's election to presidency in 2002. The objective of this dissertation was to investigate how the PT members act, not only inside the party but also in the social sphere. The results indicate that internally the affiliates work in activities linked to the election period, socially the links are mostly with the historical groups constituting Petism. With regard to membership time, the old members are solid core liable for the functioning of the party, whereas the new members work more socially. Lastly, PT's members trigger a repertoire of political participation depending on the context, as far as share the social and party action.

Keywords: Political party. Workers party. Electorate. Members. Democracy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atividades partidárias mobilizados pelos filiados petistas.....	50
Tabela 2 – Atividades sociais mobilizadas pelos filiados petistas.....	52
Tabela 3 – Atividades partidárias mobilizadas por velhos e novos filiados petistas.....	54
Tabela 4 – Atividades sociais mobilizadas por velhos e novos filiados petistas.....	56
Tabela 5 – Análise fatorial das atividades partidárias por tempo de filiação dos petistas.....	58
Tabela 6 – Análise fatorial das atividades sociais por tempo de filiação dos petistas.....	59
Tabela 7 – Índice de Participação em Atividades Partidárias.....	60
Tabela 8 – Índice de participação em Atividades Sociais.....	61
Tabela 9 – Modelo de Regressão Linear da participação partidária dos filiados petistas.....	66
Tabela 10 – Modelo de Regressão Linear da participação social dos filiados petistas.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Condicionantes individuais da participação dos filiados ao PT.....	65
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Nacional Renovadora
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CM	Campo Majoritário
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
IDH	Índice Desenvolvimento Humano
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPL	Movimento Passe Livre
NB	Núcleo de Base
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PED	Processo de Eleições Diretas
PFL	Partido Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido Movimento Democrático
PP	Partido Popular
PPS	Partido Popular Socialista
PROS	Partido Republicano da Ordem Democrática
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSDA	Partido Social Democrata Alemão
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UF	Unidade Federal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS PARTIDOS POLÍTICOS E O ELEITORADO	14
2.1 ATIVISMO TRADICIONAL E PARTIDARISMO NAS DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS	15
2.2 SISTEMA PARTIDÁRIO, PARTIDOS POLÍTICOS E FILIADOS NO BRASIL	24
3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES	33
3.1 O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	34
3.2 O REALINHAMENTO ELEITORAL PÓS 2002: O PETISMO E O LULISMO	39
4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE FILIADOS AO PT	48
4.1 EM QUAIS ATIVIDADES PARTIDÁRIAS E SOCIAIS ATUAM OS FILIADOS PETISTAS?	49
4.2 COMO ATUAM OS VELHOS E NOVOS PETISTAS NAS ATIVIDADES PARTIDÁRIAS E SOCIAIS?	53
4.3 QUANTO PARTICIPAM OS PETISTAS?	57
4.4 OS PETISTAS COMBINAM MODALIDADES DE ATUAÇÃO PARTIDÁRIAS E SOCIAIS?	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73
ANEXOS	79

1 INTRODUÇÃO

A máxima de Schattschneider (1942) de que os partidos políticos são essenciais ao funcionamento da democracia é colocada “em xeque” quando um *outsider* vence as eleições presidenciais, como foi o Partido Social Liberal (PSL) de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018. Diante deste cenário, as dúvidas históricas a respeito do enraizamento social dos partidos voltam ao centro do debate público e levantam questões sobre a sua efetividade na representação, a julgar o peso do personalismo, da economia, e neste caso específico, o antipartidarismo ao invés dos laços partidários na escolha eleitoral.

Nesse sentido, o antagonista derrotado no último pleito presidencial, o Partido dos Trabalhadores (PT) é protagonista do sistema partidário nacional e objeto desta dissertação, cujo objetivo é compreender como atuam seus filiados, social e politicamente, nos âmbitos externo e interno ao partido.

De modo a contextualizar tal objeto, é salutar destacar inicialmente que as instituições representativas estão em declínio nas democracias seculares. Nesse sentido, os estudos sobre participação política indicam o aumento na mobilização por meio de atividades contestatórias e queda daquelas tradicionais (DELLA PORTA, 2003; NORRIS, 2007). Com relação ao segundo conjunto de atividades, a literatura sobre participação de filiados constata a dificuldade em manter os velhos e recrutar novos filiados, o que é confirmado pelos estudos sobre o partidarismo, que indicam o declínio do engajamento nas atividades intrapartidárias (WHITELEY, 2002).

Conforme balanço bibliográfico realizado por Gimenes (2017), enquanto em democracias consolidadas o desalinhamento partidário é consensual e a discussão trata dos efeitos do fenômeno, se positivos ou negativos para o funcionamento do regime democrático, em jovens democracias a discussão se desenvolve a respeito da existência ou não de alinhamento e a possibilidade de trabalhar com esse conceito. Destacou ainda o autor, a inexistência de alinhamentos partidário na América Latina, pelas limitações de contexto socioeconômicos e políticos das unidades nacionais, e também, em função dos avanços e retrocessos nos regimes democráticos na região, que impossibilitariam alinhamentos duradouros.

O Brasil está inserido nesse contexto, embora ainda recente em nossa história política, vivemos o maior período democrático e de competição partidária. Atualmente há 32 partidos constituídos e o Brasil é o país com maior fragmentação no mundo em se tratando de partidos efetivos no legislativo nacional, o que dificultaria a construção de vínculos por parte do

eleitorado (Gimenes *et al.*, 2019). No que se refere ao enraizamento das legendas entre o eleitorado, embora exista uma grande produção científica, a maioria desses trabalhos se concentra no comportamento eleitoral ou identificação partidária, enquanto são escassos estudos sobre a filiação partidária, assim pouco se sabe sobre como os principais partidos se relacionam com seus filiados.

Nesse contexto, a pesquisa de Paludo (2017) se destaca como principal estudo sobre velhos e novos filiados ao PT, cujo banco de dados de amostra representativa nacional da base de filiados se constitui como material empírico explorado nesta dissertação. Na referida tese, o principal achado foi que a integração das variáveis: tempo de filiação e idade somadas a recursos individuais e habilidades assimiladas durante o processo de socialização, seriam explicativos da intensidade de participação de filiados petistas.¹

Porém, dado o referencial teórico, a hipótese e os objetivos do trabalho citado, alguns aspectos da participação interna ao PT não foram explorados. Assim, a análise do banco de dados sob a perspectiva da literatura apresentada nesta dissertação, contribuirá para explicação de como os petistas combinam distintas modalidades de participação política social e intrapartidária por meio da perspectiva de repertórios de ação política (BARNES; KAASE, 1979) e diferenciação entre “novos” e “velhos” petistas (PALUDO, 2017).

De acordo com pesquisa recente (PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018), o que determina a intensidade de participação dos filiados petistas, seria a sua relação com a existência de padrões de engajamento e a diferença no recorte geracional entre novos e velhos filiados. Contudo, não se explorou a utilização de distintas modalidades de participação mobilizadas entre os filiados, de modo que nesta dissertação, ao invés de agrupar as atividades por meio do eixo baixa/alta intensidade, considera-se a recorrência das modalidades de participação partidárias e sociais com a expectativa de encontrar repertórios distintos na atuação entre os velhos e novos filiados petistas.

Diante deste panorama, coloca-se algumas questões norteadoras do trabalho, a saber: Em quais atividades partidárias e sociais atuam os filiados petistas? Como atuam os velhos e novos petistas nas atividades partidárias e sociais? Quanto participam os petistas? Os filiados petistas combinam modalidades de atuação partidárias e sociais?

Embora o PT seja amplamente estudado, como demonstrou Menegozzo (2013) por meio de levantamento bibliográfico que indicou a produção de cerca de 1200 trabalhos a

¹ Gostaria de utilizar esse espaço para agradecer a José Roberto Paludo e Julian Borba em ceder o banco de dados utilizado nessa pesquisa, ambos foram os responsáveis pela sua sistematização, elaboração e construção.

respeito do partido, ainda assim pouco se sabe sobre como seus filiados desempenham às atividades externas e internas ao partido. Esse trabalho, ainda que de maneira exploratória, busca contribuir para o preenchimento de lacunas dessa agenda de estudos.

Assim a dissertação está organizada da seguinte maneira: no segundo capítulo, destacou-se a queda do ativismo tradicional nas democracias consolidadas e ascensão do comportamento contestatório pela ótica dos partidos políticos, na medida em que afetou não somente os eleitores, mas também os filiados, e colocou em evidência a crise das referidas instituições. Nesse sentido, a dificuldade estaria em manter os velhos e recrutar os novos filiados necessários para execução das atividades partidárias de elevada intensidade de participação. Diante deste cenário, os partidos diminuíram os custos da filiação e participação e incorporaram um novo perfil de membro ativo somente em suas mensalidades, ao mesmo tempo, encontraram no Estado espaço para atuação, assumindo papéis procedimentais na gestão da democracia.

Na segunda seção, realizou-se uma curta revisão bibliográfica a respeito da trajetória dos partidos políticos no Brasil. Assim, buscou-se apontar a dificuldade do enraizamento social das legendas durante a breve história republicana do país, na primeira experiência democrática pela constante centralização do poder executivo, e atual, devido às regras eleitorais e número excessivo de partidos, e que apesar das limitações contextuais, haveriam exceções, como o Partido dos Trabalhadores (PT), objeto deste trabalho.

No terceiro capítulo, indicou-se as bases sociais responsáveis pela estruturação do PT, a singularidade do partido no quadro político à época, em função dos Núcleos de Base (NB) estimularem a sistemática de encontros partidários e atuação dos filiados. Porém, as sucessivas derrotas eleitorais nos anos 1990, levaram o partido a profissionalizar as estruturas partidárias que limitavam o sucesso eleitoral e a vencer as eleições presidenciais de 2002. Diante deste processo, na medida em que o partido se aproximou do Estado, abriu mão dos filiados, moderou o discurso e alterou as formas de recrutamento. Durante o governo Lula, esse processo foi consolidado afetando a base de filiados, assim a literatura divide o velho petista aquele filiado entre 1980 e 2002, e o novo petista aquele filiado entre 2003 e 2014 (PALUDO, 2017).

No quarto capítulo, apresentou-se e analisou-se os dados presentes no banco de dados de amostra representativa nacional dos filiados do PT, e buscou-se responder as perguntas levantadas nesta introdução em diálogo com a literatura apresentada nos capítulos da dissertação.

2 OS PARTIDOS POLÍTICOS E O ELEITORADO

Partindo do pressuposto que os partidos políticos são instituições centrais para a democracia, uma vez que asseguram a participação política, a análise do engajamento dos membros partidários (filiados) é um importante indicativo a respeito da qualidade do regime, de modo que a maneira como participam dos processos políticos indicariam a sua vitalidade (GIMENES, 2017).

Em democracias consolidadas, como a Norte Americana e Europeias estaria em curso, há quatro décadas, um processo de afastamento entre os eleitores e partidos políticos. Além disso, a crise não se restringiu ao eleitorado médio e atingiu os filiados, na medida em que as taxas de filiação decaíram durante o período em questão, dado a dificuldade em recrutar os novos e manter os velhos filiados (MAIR; 2003, WHITELEY; SEYD, 2002; DALTON, McALLISTER; WATTENBERG, 2003).

No contexto europeu, há exceções, como a Grécia, Espanha e Portugal, que, contrariando o processo em curso descrito anteriormente, aumentaram as taxas de filiações durante a década de 1980. Uma explicação plausível para esse fenômeno foi o fato da conquista tardia da democratização estimular os indivíduos ao engajamento partidário.

Inseridos no processo de democratização tardia, as democracias latino americanas, em específico a brasileira, não se diferem muito dos números encontrados em democracias consolidadas no que se refere ao comparecimento eleitoral, filiações, partidarismo e descrédito dos partidos políticos, dado os últimos acontecimentos que assolaram a democracia brasileira, como as jornadas de julho de 2013, processo de Impeachment, prisão de ex-presidente e a eleição presidencial de um candidato *outsider* (GIMENES, 2017).

Diante deste cenário, está inserido o objeto desta dissertação, o Partido dos Trabalhadores (PT). O presente capítulo apresenta um breve balanço bibliográfico sobre os estudos de comportamento político, na medida que destacou a diminuição do engajamento tradicional, pela ótica dos partidos políticos. Na segunda seção do capítulo, descreveu-se a formação dos partidos políticos no Brasil, as limitações institucionais e contextuais e a especificidade petista frente a estes desafios, encerrou-se o capítulo indicando os escassos estudos sobre os filiados a partidos políticos e inserindo a presente dissertação nesta agenda de estudos.

2.1 ATIVISMO POLÍTICO TRADICIONAL E PARTIDARISMO NAS DEMOCRACIAS CONSOLIDADAS

Iniciou-se esta dissertação pontuando a respeito da queda do ativismo tradicional em democracias consolidadas (DELLA PORTA, 2003; PUTNAM, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUTSCH, 2005, NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011). Assim, é necessário definir o que se entende como modalidades de participação tradicionais e contestatórias. No que se refere às tipologias, a denominação mais frequente quanto às modalidades de participação política distingue as convencionais como relacionadas ao contexto eleitoral e as não convencionais como comportamentos contestatórios dos indivíduos.

O trabalho de Milbrath (1965) é pioneiro no estudo da participação convencional. Em seu modelo de análise, as atividades políticas se sucedem em uma lógica de custos e complexidades, estruturadas na seguinte ordem: votar, participar de debates políticos, representar ou filiar-se a algum partido, influenciar decisões políticas, participar de campanhas políticas e instâncias decisórias de algum partido, usar broche do partido, fazer contatos políticos, assistir comícios, candidatar-se a algum cargo público e ocupar esses cargos.

Considerando este rol, evidencia-se que as atividades relacionadas a modelos de ativismo político reconhecidos socialmente restringiam a associação a outras formas de engajamento político², como a participação em protestos e manifestações públicas. Porém, durante a década de 1960 assistiu-se a constante difusão de outras modalidades de participação política, classificadas por Norris (2007) como *cause-oriented*, endereçadas às elites políticas estabelecidas e caracterizadas como práticas de contestação política.

Esses novos padrões de comportamentos reordenaram o horizonte de recursos e repertórios de práticas dos indivíduos engajados em atividades políticas. Della Porta (2003) indica que esses comportamentos se exteriorizam em atividades de participação política classificadas como não convencionais, as quais a autora listou como: bloquear trânsito, assinar petições, participar de manifestações, boicotar imposto de renda, depredar bens materiais, utilizar violência contra as pessoas e ocupar prédios públicos.

Nesse contexto, a dificuldade enfrentada pelos sistemas partidários contemporâneos

² Até o início da década de 1970, aquelas atividades não imbricadas com período eleitoral, não eram consideradas nos esquemas conceituais como modalidade de participação política, pois o requisito básico exigido pelo conceito seria influenciar às decisões políticas, para mais detalhes consultar Borba (2012).

em representar a diversidade de grupos sociais, somada à diminuição da confiança nas instituições representativas nas últimas quatro décadas nas democracias seculares, são encaradas como reflexos dos recursos alternativos de comportamento político. A escolha pela atuação nas atividades contestatórias de participação ao invés das convencionais é interpretada de maneira satisfatória pela teoria da modernização (INGLEHART; WELZEL, 2009) e pela teoria da cidadania crítica (NORRIS, 1999) e relacionam-se, em alguma medida, à postura pós-materialista³ adotada pelos indivíduos (INGLEHART, 1977).

Essas alterações não se restringem aos valores culturais e afetam o comportamento dos indivíduos, de modo que diversos estudiosos apontam para o declínio ou estabilidade das atividades convencionais de participação política (DALTON; WATENBERG, 2002; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011) e para o crescimento das modalidades não convencionais (WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA, RIBEIRO, 2011).

Assim como os tipos ideais, a classificação entre as atividades políticas serve como parâmetro para quantificação da participação (BORBA, 2012). Partindo disto, a literatura a respeito do comportamento político indica a possibilidade de associação entre as modalidades de participação política mediante repertórios⁴, na medida em que, diante de determinada conjuntura os indivíduos podem combinar formas de atuação ou agir de maneira específica (BARNES; KAASE, 1979; DELLA PORTA, 2003).

O primeiro trabalho a incorporar e classificar as atividades não eleitorais como contestatórias é *Political Action*, de Barnes e Kaase (1979). Na contramão dos estudos que destacam os efeitos deletérios das ondas de protestos que varreram as democracias industriais durante a década de 1970, os autores reconheceram essas atividades como modalidades de participação política atribuídas a atores que reivindicam a inclusão política por meio da representação. Assim, ao invés de deslegitimar, estimularam os estudiosos a requalificar o conceito de democracia competitiva, mais exigente e compatível com os avanços políticos da época. Em que pese a inovação na classificação das modalidades de participação política e ampliação do escopo teórico da representação, a presente dissertação interessa a proposta da tipologia do repertório de ação política (BARNES; KAASE, 1979).

A operacionalização da tipologia do repertório de ação política proposto em *Political Action* indica a possibilidade de os indivíduos combinarem as modalidades de participação

³ Uma revisão bibliográfica sobre a temática e referidos autores pode ser encontrada em Ribeiro (2011).

⁴ O conceito aqui mobilizado é distinto daquele elaborado por Charles Tilly, Sidney Tarrow, e Doug MacAdam.

política por meio de repertórios distintos em cada contexto, estruturadas num *continuum* em ordem crescente envolvendo os custos e dificuldades requeridos na execução das atividades. Entende-se como atividades tradicionais: ler sobre política no jornal, discutir política com amigos, trabalhar com outras pessoas na comunidade, trabalhar para candidatos ou partidos, convencer as pessoas a votarem como você, participar de campanhas políticas e contatar funcionários públicos. Enquanto as contestatórias seriam: assinatura de abaixo-assinado, adesão às manifestações públicas, boicotes, não pagar impostos, ocupar prédios privados, bloquear o tráfego e aderir à greve. Baseados nessas atividades, Barnes e Kaase (1979) propõem uma escala de classificação do perfil atitudinal dos indivíduos engajados, dividindo-os entre inativos, conformistas, reformistas, ativistas e *protesters*⁵ (BORBA, 2012).

A publicação de *Political Action* representou um importante marco para os estudos a respeito do comportamento político, ainda assim, não ficou imune às críticas endereçadas à definição do que Barnes e Kaase (1979) entenderiam como atividade tradicionais e não tradicionais de participação. A crítica parte da ideia de que a disseminação de novas práticas implica necessariamente novos critérios, mais cuidadosos, para caracterizar as categorias quanto a sua temporalidade, pois a tendência é a atividade contestatória ao passar do tempo tornar-se tradicional (BORBA, 2012).

Por meio de dados empíricos, Della Porta (2003) revelou a existência de atores que mobilizam os repertórios de ação política em democracias consolidadas. Ribeiro e Borba (2010) endossam o argumento, e apontam a utilização de repertórios também no caso brasileiro, relacionando à postura crítica dos indivíduos com o desempenho das instituições democráticas e mecanismos tradicionais de representação, o que resultaria na queda das taxas de participação tradicional e escolha pelo engajamento em atividades contestatórias às instituições estabelecidas.

Sobre os condicionantes do desengajamento partidário em específico, as investigações aludem a fatores estruturais, dentre os quais destaca-se o divórcio entre organização partidária e sociedade, com aproximação do Estado à primeira, e, individuais, como a recorrência de acusações e o envolvimento das instituições representativas em escândalos de corrupção, o que levaria os indivíduos a optarem pela atuação em instituições horizontalizadas (MAIR,

⁵ O primeiro perfil atitudinal, mobilizariam as atividades de baixo custo e complexidade, tradicionais e não tradicionais, enquanto o segundo perfil atitudinal, combinaria atividades com os menores custos, apesar da preferência pelas tradicionais em detrimento às contestatórias. Já o terceiro perfil atitudinal, optaria pelo engajamento nas atividades convencionais, vinculadas ao contexto partidário, embora atuem naquelas contestatórias menos onerosas para execução, ao passo que o quarto perfil, combinaria ambas às maneiras de atuação política por meio de atividades de elevado custo e complexidade. Por fim, o último perfil atitudinal, se engajaria naquelas atividades não convencionais de participação, embora mobilizem também as atividades tradicionais menos onerosas (BORBA, 2012).

2003). Soma-se a isso o aumento da escolarização dos cidadãos em democracias consolidadas como relevante fator explicativo do desalinhamento partidário⁶, tese central do apartidarismo (RIBEIRO; BORBA, 2015; GIMENES, 2017).

Nesse sentido, as transformações macrossociais reordenaram o horizonte partidário. O desenvolvimento dos meios de comunicação impôs mudanças à estrutura partidária, pois alterou-se às técnicas de campanha e substituiu a importância dos papéis burocráticos como instrumento de consenso interno (MAIR, 2003). De maneira semelhante, as transformações econômicas e políticas afetaram e alteraram os perfis, valores, crenças e comportamento dos indivíduos, o que resultou no duplo afastamento entre as organizações partidárias e os eleitores nas democracias industriais nas décadas de 1970 e 1980 (NORRIS, 2007; SCARROW, 2007).

Na década de 1990, Katz e Mair (1994; 1995) realizaram valorosa contribuição aos estudos sobre os partidos políticos, pois indicaram que as análises centradas nas atribuições representativas dos partidos estariam enraizadas em concepções antigas, que considerariam o modelo organizativo do partido de massa, generalizando o declínio na face representativa (relação Estado e sociedade) como uma crise geral da organização partidária. Nesse sentido, não levariam em consideração as outras duas faces do partido, a pública e a administrativa, respectivamente, que continuariam a desempenhar funções essenciais à vitalidade do regime democrático⁷, e estariam em pleno funcionamento.

Diante de tal cenário, Dalton, Mcallister e Wattenberg (2002) destacaram para uma análise detalhada dos partidos políticos, em que os analistas devem necessariamente considerar a relação de poder entre as três faces partidárias; a eleitoral, a pública e a burocrática, em disputa pelo acesso privilegiado ao ambiente em que estão inseridos. Por esse ângulo, assistiu-se nas últimas décadas à queda eleitoral, a estabilidade administrativa e ascensão da face pública, uma vez que os meios de comunicação serviram como atalho para o diálogo direto entre o líder partidário e seus eleitores, sem o intermédio da base partidária (os filiados), realçando as características pessoais do primeiro em detrimento do programa partidário.

Consumado o estreitamento de laços entre os partidos e o Estado, inverteu-se a interação de ambos com a sociedade civil. Agora há disputa pela manutenção das relações

⁶ Mobilizado para contextualização do objeto, para mais informações a respeito da transferência do conceito de desalinhamento para o contexto de jovens democracias consultar (Gimenes, 2017).

⁷ Ainda que a face representativa dos partidos estivesse em crise, é equivocado desconsiderar os papéis procedimentais dessas instituições na administração do regime democrático. Para além, com o advento dos meios de comunicação de massa, as campanhas publicitárias focam na qualidade pessoal da liderança política durante o período eleitoral, faz com que a face pública se fortaleça às custas da base partidária.

estatais na busca de acesso privilegiado aos recursos essenciais para sobrevivência institucional. De fato, há tendência de queda na taxa de participação intrapartidária, identificação partidária e afastamento com relação a base, todavia, os partidos assumem papéis procedimentais na manutenção da ordem democrática⁸ (KATZ; MAIR, 1994; 1995, MAIR, 2003).

Os estudos destacados até o momento permitem apontar o processo de declínio dos partidos políticos em relação ao eleitorado e filiados, sem atenuar seus laços com o Estado e sugerem, ainda, a necessidade de pontuar a adaptação dos partidos em relação ao ambiente em que estão inseridos a partir de oportunidades, incentivos e restrições, compreendendo-os como portadores de três faces distintas que interagem entre si, ou não, quais sejam: *party in public office*, *party on the ground* e *party in central office*. Quando rompem com uma visão unitária dos partidos políticos, Katz e Mair (1993, 1995, 2002) qualificam diferentes tipos partidários e ajudam a entender suas mudanças através da interação – e das relações de poder – entre as várias faces.

No que se refere a *party on the ground* sabemos pouco sobre a relação estabelecida entre organizações partidárias e filiados. O principal problema é de natureza empírica, uma vez que nas coletas de dados realizadas a partir de pesquisas *surveys* ou registros partidários, muitas vezes o entrevistado pode não se lembrar da filiação, ou sentir-se constrangido a falar sobre, assim como há o desinteresse dos partidos na publicação desses materiais (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010).

Os trabalhos de Katz e Mair (1993, 1995) e Mair (2003) atentam para a constante queda na taxa de filiação partidária nas democracias consolidadas, processo ininterrupto há aproximadamente quatro décadas, exceto em regimes de característica delegativa, democratização tardia e/ou terceira onda de democratização (O'DONNELL, 1991; HUNTINGTON, 1994; GIMENES, 2017). A dificuldade dos partidos políticos estaria em manter velhos filiados e recrutar novos, o que repercute na organização partidária, pois as tarefas essenciais para o funcionamento dos partidos, principalmente àquelas relacionadas a base partidária, ainda são em sua maioria desempenhadas pelos filiados (WHITELEY; SEYD, 2002; WHITELEY; SEYD, 2011).

Diante de tal cenário, as dificuldades enfrentadas pelas instituições representativas em função da crise do ativismo político tradicional não são restritas ao eleitorado e atingem os

⁸ Os partidos políticos estruturam os governos, compõem a burocracia estatal, controlam o poder legislativo (autorizando ou não leis orçamentárias por exemplo) além de encaminhar pautas as arenas institucionais.

filiados⁹. A respeito do desengajamento partidário, Whiteley e Seyd (2002) procuraram compreender os vínculos entre partidos e filiados por meio da intensidade de sua participação, considerada variável central à explicação da crise do partidarismo. Os autores entenderam que a participação de alta intensidade diria respeito àquelas atividades vinculadas a atuação intrapartidária, exigentes, as quais estimulariam a troca de valores e crenças entre os filiados para a construção de memórias partidárias (PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Acerca da intensidade das atividades, Whiteley e Seyd (2002) elaboraram um índice separando as tarefas e relacionando-as com menor (baixa) ou maior (elevada) intensidade, considerando os custos e complexidades exigidos em sua execução. Assim, enumeraram nove atividades da organização partidária a partir de seus custos, quais sejam: participar de campanhas eleitorais, da apuração de votos, ajudar na organização partidária, participar de reuniões e distribuir panfletos - seriam atividades que exigiriam elevada intensidade -; doar dinheiro, assinar petições, segurar cartazes e estabelecer contato com políticos ou membros partidários - remeteriam à participação de baixa intensidade (PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Para compreender o declínio do partidarismo nos principais partidos britânicos, Trabalhista e Conservador, Whiteley e Seyd (2002) aplicaram duas ondas de *surveys* durante o período de 1995 e 2001 entre seus filiados e constataram a multidimensionalidade do fenômeno. Deste modo, a queda no número de filiações e engajamento nas atividades de elevada intensidade seria geral, e não restrita, em ambos os casos, exceto a doação de dinheiro, considerada atividade de baixa intensidade.

Constatada a queda nas atividades intrapartidárias, Whiteley e Seyd (2002) elaboraram a teoria dos incentivos gerais para compreender os condicionantes do baixo engajamento. Em um modelo que combinou três teorias distintas da Ciência Política: o Voluntarismo cívico, a Escolha racional e a Psicologia social, analisaram um conjunto de variáveis independentes distintas e propuseram um novo modelo de análise, com acréscimo de indicadores para avaliar a multidimensionalidade do fenômeno.

Dentre os resultados do modelo de incentivos gerais, destaca-se a diminuição no engajamento partidário em função da ausência de contato face-a-face entre os novos filiados, que agora seriam membros virtuais, afastados da organização partidária e ativos monetariamente pelo pagamento mensalidades. As atividades intrapartidárias essenciais à manutenção da base de filiados, assim como a elaboração de uma memória coletiva coerente

⁹ Para uma revisão teórica a respeito dos sentidos, práticas, *ethos* e recursos buscados pelos indivíduos durante a sua trajetória de militância, consultar Paludo (2017).

com a bandeira partidária, foram preteridas a outros canais e modalidades de participação política pelos novos filiados (WHITELEY; SEYD, 2002).

Whiteley e Seyd (2002) indicam o contato face-a-face como estimulante de incentivos ideológicos e seletivos. Nesse processo, a troca de experiência e o acúmulo de aprendizado potencializam o engajamento dos filiados. Com relação aos incentivos afetivos, a falta de interação entre os filiados torna o ato de filiação abstrato e vazio de significado, enquanto a troca de conhecimento condiciona a elaboração da memória coletiva. Já os incentivos seletivos são ilustrados pelo interesse dos indivíduos em ocupar postos centrais na estrutura partidária, vencer disputas eleitorais e aumentar a reputação política e social.

Da teoria dos incentivos gerais proposta por Whiteley e Seyd (2002) deduz-se que os filiados ativos respondem a três incentivos, quais sejam: o processo, reunindo opinião e interesse ao mesmo tempo em uma participação de alta intensidade; o resultado, quando os indivíduos têm interesses privados para participar e o partido se constitui como ferramenta estratégica na obtenção de benefícios; e o ideológico, referente àqueles dependentes das motivações individuais de integrar um partido e compartilhar de suas posições ideológicas.

Para Scarrow (2007) o alto custo da filiação é o responsável pela queda no ativismo tradicional, principalmente o partidário, pois os recursos necessários à filiação (tempo e dinheiro) levam grande quantidade de indivíduos a buscarem modalidades de participação menos onerosas e mais eficientes, a exemplo da participação social. Essas atividades são destacadas no livro *Voice and Equality* em que Verba, Schlozman & Brady (1995) analisaram os impactos dos recursos individuais e habilidades adquiridas durante o processo de socialização dos indivíduos em seu engajamento político. Além disso, consideram-se as atividades não convencionais como as não direcionadas ao governo, classificadas como voluntariado, o que ressignificou o conceito de participação, nesse sentido, Borba (2012) considera o modelo do voluntarismo cívico o maior avanço teórico no campo do comportamento político após *Political Action*.

Por sua vez, com o divórcio entre as organizações partidárias e a sociedade civil, diminuiu-se os benefícios coletivos e seletivos da filiação. Para Whiteley e Seyd (2002), a hipotética situação de aproximação entre os partidos e o eleitorado por meio de uma relação clientelística, sem a preocupação com propostas de políticas públicas ou qualidade da participação, e restrita às disputas eleitorais, com a finalidade de acumular votos e ganhar eleições, seria análogo à proposta de democracia competitiva schumpeteriana, que tem como fundamento a restrição da participação política dos indivíduos e filiados.

Ademais, para finalizar a presente sessão, destaca-se o recrutamento partidário como

um importante fator de explicação do partidarismo, uma vez que por meio desse filtro são escolhidos os recursos humanos componentes da estrutura política partidária. Heidar (2006) destaca como fator para compreensão desse processo, o interesse comum de ambas partes nos benefícios da relação. No que se refere ao partido, os benefícios seriam: aumentar os recursos humanos para trabalhar as campanhas eleitorais, recrutar potenciais candidatos, aumentar os recursos financeiros e ancorar o partido na sociedade, enquanto os interesses dos filiados seriam ilustrados pela obtenção de benefícios materiais, influência social e acesso às informações políticas privilegiadas, as motivações ideológicas e tradição familiar (HEIDAR, 2006; AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2014).

Destaca-se também a centralidade readquirida pela lei de Michels, que levou os autores ao dissenso a respeito do processo de democratização das estruturas partidárias, visto que a diminuição das barreiras a participação e filiação partidária aumentaram o poder de decisão dos filiados avulsos ao invés dos engajados internamente ao partido (WHITELEY; SEYD, 2011). Nesse sentido, os novos membros apoiariam as lideranças partidárias com o maior capital político, solapando os grupos e lideranças intermediárias (MAIR, 1994; KATZ; MAIR, 2002; RIBEIRO, 2010). Por outro lado, pesquisadores argumentam quanto a insuficiência de dados disponíveis para afirmar que a participação dos filiados nos processos decisórios levaria ao acúmulo de poder e autonomia das lideranças partidárias (SEYD e WHITELEY, 2002; AMARAL, 2010).

Propôs-se por meio desta revisão bibliográfica sobre partidarismo, indicar que as mudanças estruturais da sociedade não alteraram somente os valores, mas também o comportamento político dos indivíduos. Desta forma, procurou-se destacar a queda do engajamento em atividades tradicionais pela ótica dos partidos políticos, na medida em que o declínio não se restringiu aos eleitores, afetando também seus filiados. Assim, indicou-se a persistência dessas instituições frente às transformações sociais por meio da alteração nos desenhos institucionais fechados ou democráticos à participação dos filiados, ou ainda, assumindo papéis procedimentais na gestão da democracia.

Conclui-se a presente seção amparando a escolha pelos modelos teóricos de participação política imbricados ao engajamento tradicional, com destaque à teoria da centralidade (MILBRATH, 1965) e à tipologia do repertório de ação política (BARNES; KAASE, 1979), em função desta dissertação ter por objetivo responder como atuam os filiados a partidos políticos.

Para além dos referenciais e variáveis com que esta dissertação dialoga, cabe destacar que outro indicador abordado no modelo clássico do voluntarismo cívico é a questão

geracional, bem como seu impacto no processo de socialização do militante. Desde o trabalho seminal de Mannheim (1928) mobiliza-se o conceito de geração considerando em conjunto aspectos econômicos, políticos e sociais específicos de determinado contexto para os indivíduos que os vivenciaram. Desta maneira, seria um equívoco, por exemplo, definir um critério de divisão geracional somente por meio de marcadores cronológicos ou biológicos, pois o que o define enquanto um grupo são suas vivências distintas de outras gerações (MANNHEIM, 1928; OKADO, RIBEIRO, 2014; PALUDO, 2017).

Considerado tal perspectiva, existe a possibilidade, em análises como esta, de se colocar um problema de colinearidade de variáveis, pois quando procuramos responder como os “velhos” e “novos” filiados participam, deve-se considerar, simultaneamente, tanto a questão geracional como o acúmulo de recursos nesses grupos. Em outras palavras, o velho filiado pode participar em função de o tempo de filiação se constituir em valioso recurso de poder interno ou justamente por ser mais velho, por estar numa etapa da vida em que já acumulou recursos suficientes para dedicar-se mais à participação, por exemplo.

Diante deste cenário, é necessário considerar o momento da vida em que os filiados buscaram a filiação. Nesse sentido, embora trate especificamente de valores emancipatórios, Okado (2018) destacou que o aumento na idade está diretamente relacionado ao acúmulo de recursos e à maior participação política, justamente pelo ciclo de vida em que se encontram os ativistas. Resumindo seu argumento, quanto mais velho o indivíduo, maior a possibilidade de concentrar recursos necessários à participação.

Nesta dissertação, tomamos como ponto analítico inicial a tese de Paludo (2017), que investigou a relação entre tempo/perfil de filiação e intensidade da participação entre filiados ao PT, o qual realizou testes de colinearidade que lhe permitiram produzir inferências que denotaram a ausência de tal efeito entre as variáveis que remetem ao período de filiação e à idade dos indivíduos.

Assim, considerando que o foco desta dissertação não é discutir a relação entre geração e o engajamento, registra-se aqui que efeitos potenciais são conhecidos teoricamente e que não são desconsideradas eventuais implicações. No entanto, dado o caráter exploratório desta pesquisa e o resultado que apontou fraca colinearidade entre as variáveis em Paludo (2017) - realizado novamente quando da confecção desta pesquisa -, a discussão exposta nesta dissertação trata dos efeitos de tempo de filiação e de faixas etárias sobre a participação de maneira separada, ainda que destaquemos elementos que podem compor agenda futura de análises em diálogo com estudos geracionais.

Na próxima seção, para tanto, destaca-se o período de formação e estruturação do

segundo sistema partidário brasileiro, com o objetivo de ressaltar a importância do Partido dos Trabalhadores (PT) na composição deste cenário.

2.2 SISTEMA PARTIDÁRIO, PARTIDOS POLÍTICOS E FILIADOS NO BRASIL

A democracia brasileira irrompeu no contexto denominado terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994), ou ainda, democratização tardia, como destaca Gimenes (2017). Segundo o autor, o conceito se caracteriza pela queda dos regimes autoritários seguida da ascensão de democracias representativas em países da Europa e América Latina. Nesse sentido, a experiência democrática e o sistema multipartidário seriam fenômenos recentes na história política brasileira.

Durante sua história republicana, o Brasil experienciou dois períodos de competição partidária, o primeiro período democrático, vigente entre 1946 e 1964, foi interrompido pelo bipartidarismo implantado pelo regime militar. Com o fim da ditadura inicia-se o maior período democrático brasileiro, com mais de quatro décadas de competição intrapartidária, a partir da promulgação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) em 1979 que tratou do pleito inaugural democrático em 1982 (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

O diagnóstico a respeito da fragilidade do sistema partidário brasileiro não é recente, uma vez que durante a Primeira República (1889-1930) a maioria das eleições foram decididas por meio de negociações entre as coalizões oligárquicas no que se chamou de "política do café com leite". Nesse sentido, e não raras vezes, os partidos foram taxados como facções, e não como instrumento de organização do poder político do Estado (CAMPELLO DE SOUZA, 1976).

Diante do cenário de impopularidade dos partidos políticos após a golpe de 1930, optou o governo Getúlio Vargas (1930 - 1945) pela troca do modelo político ainda durante o Governo Provisório (1930 - 1934). A escolha pela forma de organização corporativa no encaminhar do Governo Constitucional (1934 - 1937), formalizada pela constituição do Estado Novo (1937 - 1945) finalizou o processo de constante centralização do Estado no poder executivo. Desta maneira, o sistema político brasileiro chegou à democracia de 1946, em que o presidente concentrava o mecanismo de formulação e implementação de políticas públicas ao invés do legislativo, limitando os partidos políticos ao processo de *policy-making* (CAMPELLO DE SOUZA, 1976; KINZO, 1993).

Embora os fatores destacados anteriormente limitassem o enraizamento dos partidos políticos, Campello de Souza (1976) indicou a viabilidade do sistema partidário de 1946.

Segundo a autora, os alinhamentos eleitorais dos partidos reproduziam as clivagens sociais dentro das arenas institucionais do Estado, uma vez que o Partido Social Brasileiro (PSB) representava a classe média urbana, a União Democrática Nacional (UDN) as elites políticas, econômicas e sociais, enquanto o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) os trabalhadores organizados no Estado. O encaminhar da democracia aproximou os trabalhistas às classes populares na medida em que ampliou sua base eleitoral aos rincões brasileiros e levou os udenistas a se retraírem ao seu reduto eleitoral, os grandes centros urbanos. Durante esse processo houve um realinhamento eleitoral, com o primeiro partido (PTB) interiorizado e popularizado e o segundo (UDN) restrito à classe média urbana (CAMPELLO DE SOUZA, 1976; KINZO, 1993).

Movimento análogo ocorreu entre as alianças partidárias. A cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) obrigou-o a atuar na clandestinidade, o apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek (PTB) estreitou as relações entre os partidos e abriu o espaço para atuação dos ex-integrantes comunistas radicalizando as pautas trabalhistas. Diante deste cenário, realizou-se as eleições presidenciais de 1960. Eleito, o presidente Jânio Quadros renunciaria ao mandato após sete meses, em seu lugar assumiria João Goulart do PTB, que sofreria o golpe militar em 1964, uma vez que as reformas de base do candidato seriam supostamente de um governo comunista (CAMPELLO DE SOUZA, 1976; KINZO, 1993).

Como apontado acima, durante a ditadura militar o sistema partidário brasileiro combinava características singulares, enquanto os Atos Institucionais (AIs) atentavam contra a liberdade de expressão, as liberdades civis, o direito à organização política e autônoma dos cidadãos, ainda que conservassem a estrutura representativa herdada do primeiro período democrático (CRUZ; MARTINS, 1983; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Um divisor de águas para os partidos políticos durante a ditadura militar foi o Ato Institucional Número Dois (AI-2), outorgado no ano de 1965, que extinguiu todos os partidos políticos do período democrático e inaugurou o bipartidarismo. Naquele ano ainda se permitiu a criação de novas legendas, uma vez atingido os requisitos mínimos de 20 senadores e 120 deputados federais para sua formalização, o que na realidade serviu como uma barreira. No ano seguinte, os partidos extintos foram reorganizados em dois grupos políticos distintos, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), alinhada ao regime militar, e o representante da oposição ao regime, Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (CRUZ; MARTINS, 1983; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Esse complexo arranjo político institucional propiciou espaço para atuação de diversos setores durante o período autoritário. Nesse sentido, causou compressões e

descompressões durante a trajetória do regime, às vezes direcionados pelos próprios círculos heterogêneos das elites governantes¹⁰, ou pelos atores da sociedade civil, apesar do restrito espaço para a sua atuação política¹¹. Estes últimos, encontrariam a partir de 1974, um ator político para vocalização de demandas, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (CRUZ; MARTINS, 1983; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Junto a eleição de 1974 chegaria a primeira derrota eleitoral da ARENA em favor do MDB, além disso, acusaria o esgotamento do quadro autoritário após uma década de competição bipartidária. Assim, conseguiram os emedebistas formar a maioria no Senado, aumentar o número de assentos no Congresso Nacional e superar seu opositor em número de governadores, colocando em xeque a política de distensão militar (CRUZ; MARTINS, 1983; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Nas eleições subsequentes observou-se constante aumento na popularidade do MDB entre as camadas mais pobres da população, enquanto a ARENA aumentou a sua impopularidade *pari passu* com o descrédito do regime autoritário. A polarização eleitoral, mediada pelas clivagens sociais do eleitorado de ambos os partidos, apontou o enraizamento do sistema partidário durante o período em questão (CRUZ; MARTINS, 1983; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Com o aumento da impopularidade da ARENA, as elites políticas autoritárias passaram a recorrer às mudanças na legislação eleitoral. Em 1979, alteraram-se os dispositivos da LOPP¹² por meio da Lei nº 6767, que extinguiu os partidos constituídos e definiu normas para criação de novas legendas. Os ex membros do MDB articularam-se para fundar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), enquanto aqueles da ARENA estruturaram o Partido Democrático Social (PDS). Essas legendas controlaram a eleição inaugural e direcionaram a transição lenta, gradual e segura na década de 1980. Além dessas legendas, se faz necessário destacar a organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Frente Liberal (PFL), que herdaram quadros dissidentes do MDB e da ARENA. Contudo, o partido que mais impactou enquanto novidade do sistema partidário brasileiro, foi o Partido dos Trabalhadores (PT), estruturado por setores da sociedade civil até então alheios às arenas institucionais do

¹⁰ Um exemplo é a crise dos desaparecidos, realizada pelos setores da direita na coalizão militar, a fim de desestruturar o governo autoritário após aprovação do pacote de distensão militar (1974), que guiou a transição para o regime democrático.

¹¹ O exemplo é o grupo de mães da periferia sul de São Paulo, que reivindicavam melhorias nos serviços básicos de seus bairros através de abaixo-assinados. Como veremos adiante, pressionavam governantes em pleno ambiente autoritário.

¹² Para mais informações: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>

Estado (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015; GIMENES, 2017).

Nesse contexto, em paralelo às alterações institucionais no Estado, os movimentos sociais ocupavam as ruas em manifestações de âmbito nacional e reivindicavam a volta das eleições diretas em 1985, ato conhecido como “Diretas Já!”, recusadas prontamente pela equipe responsável pela transição política. Pressionada, a classe política chegaria ao consenso mediante à Aliança Democrática, um pacto político envolvendo parlamentares de vários partidos no intuito de vencer as eleições presidenciais de 1985, embora a maioria da chapa vencedora, com Tancredo Neves Presidente da República e José Sarney o seu vice, fosse composta por peemedebistas e liberais (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

Problemas de saúde impediram que Tancredo Neves assumisse a Presidência da República, de modo que José Sarney como o vice-Presidente foi incumbido de assumir o mandato em questão. Isto posto, o primeiro mandato presidencial não correspondeu às expectativas depositadas pela população, ao passo que as medidas adotadas pela equipe de governo falharam frente ao aumento da inflação (BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015). Diante deste cenário, disputou-se a primeira eleição presidencial direta no Brasil, em que o fato de os principais partidos da coalizão governista chegarem desgastados aliou-se à possibilidade de candidaturas avulsas, e contribuiu para a formação de um quadro de imprevisibilidade para a competição partidária (SINGER, 2000).

O diagnóstico destacado anteriormente confirmou-se, já que por si só, a eleição de Fernando Collor de Mello, do desconhecido Partido da Reconstrução Nacional (PRN), como Presidente, foi considerada uma imprevisibilidade do pleito de 1989, uma vez que a campanha eleitoral do candidato procurou apresentá-lo como um *outsider* à política vigente (SINGER, 2000). Além do mais, colocaram-se outras duas questões pertinentes aos estudos sobre o comportamento eleitoral, uma primeira relacionada ao desempenho eleitoral do PT naquele pleito, pois há décadas não se apresentava um partido à esquerda com tamanha envergadura no cenário nacional, enquanto a segunda, alude a mudança na estratégia partidária peemedebista, que passaria a privilegiar as disputas proporcionais em detrimento das majoritárias (CARREIRÃO, 2014; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

A eleição presidencial de 1994 inaugurou um novo calendário eleitoral, em que se ajustaram as eleições majoritárias e proporcionais no mesmo dia. Em relação a disputa em si, opuseram-se PT, consolidado como representante da esquerda nacional, com Luiz Inácio Lula da Silva como candidato, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que candidatou Fernando Henrique Cardoso, ex-ministro da Fazenda que chefiou a elaboração do Plano Real. Neste cenário pesaria o sucesso do Plano, uma vez que controlada a inflação e assegurada a

estabilidade econômica, em partes, colaboraram para eleição do candidato peessedebista (CARREIRÃO, 2014; BRAGA; RIBEIRO; AMARAL, 2015).

No que se refere a disputa presidencial, aquele padrão competitivo descrito anteriormente se repetiria durante duas décadas, o que gerou posições dissonantes sobre haver um bipartidarismo¹³ ou competição com estrutura em que se considera as esferas de disputa, coligações e regras eleitorais. Nesse sentido, os estudiosos associados a primeira posição, destacam a transposição da disputa entre petistas, peessedebistas e partidos coligados nas eleições presidenciais às demais esferas, a medida em que estruturariam dois blocos em competição, à esquerda¹⁴ e à direita¹⁵ respectivamente (BRAGA; PIMENTEL, 2011; LIMONGI; GUARNIERI, 2014).

Por outro lado, os estudiosos que comungam da segunda posição indicaram que a formação de quadros governamentais não seguiu àquela lógica bipartidária, pois, os partidos coligados naqueles dois blocos sequer assumiram a metade dos cargos em disputa durante o período em questão. Além disso, destacaram o PMDB¹⁶ como a principal força eleitoral subnacional, e não o PT e PSDB (CARREIRÃO, 2008; 2014; GIMENES, 2017).

Quando analisada por meio da identificação partidária, a polarização da disputa presidencial contribuiu para o crescimento da simpatia pelo PSDB em detrimento ao PMDB entre os anos de 1994 e 2014. O PMDB foi o partido mais popular do Brasil nos anos 1980, rivalizou essa condição com o PT durante a década de 1990, que o superou em 2003, e só deixaria de crescer com o envolvimento no escândalo do Mensalão, em 2005. Mas, logo em seguida retomaria o seu patamar de crescimento até às jornadas de protestos em julho de 2013 (VEIGA, 2007; 2011; GIMENES, 2015; 2017).

Em relação ao partidarismo no Brasil, Kinzo (1993) destacou a necessidade de ininterruptas eleições majoritárias e proporcionais para um melhor exame a respeito do enraizamento social dos partidos políticos. Em estudo posterior, a autora analisou dados eleitorais colhidos entre 1988 e 2002 em que indicou a elevação de 1% na quantidade de eleitores partidários durante o período em questão (KINZO; CARREIRÃO, 2004).

Diante deste cenário de fragilidade do sistema partidário brasileiro, argumentaram Kinzo e Carreirão (2004) que a profissionalização das campanhas eleitorais com demasiada ênfase nas características pessoais ao invés dos programas partidários prejudicaria o

¹³ Em que pese as mudanças pontuais, o padrão se repete nas eleições presidenciais de 1998 (vitória do PSDB), 2002 (vitória do PT), 2006 (reeleição de Lula), 2010 (vitória do PT), 2014 (reeleição de Dilma).

¹⁴ Bloco centro-esquerda seria formado por (PT, PC do B, PDT e PSB).

¹⁵ Bloco centro-direita seria formado por (PSDB, DEM e PPS).

¹⁶ Partido do Bloco disponível as alianças, formado também por (PP, PTB e PR) destaca (Carreirão, 2014).

enraizamento social dos partidos. Por outro lado, a combinação entre sistemas eleitorais aumentaria os custos do voto, enquanto a engenharia institucional estimularia a fragmentação partidária, contribuindo para indiferenciação ideológica frente às possibilidades de coligações. Assim, não seria incomum, os partidos em disputa presidencial aliarem-se nas eleições estaduais durante o mesmo calendário eleitoral, transmitindo sensação de promiscuidade ao eleitorado.

Apesar dos fatores limitantes listados acima, o sistema partidário brasileiro está em funcionamento há quatro décadas, o maior período da breve história republicana do país, e embora seja o mais fragmentado do mundo, os componentes desta estrutura desempenham papéis procedimentais, eleitorais e políticos essenciais para democracia. Dentre as legendas, destaca-se a petista, pois disputou e venceu mais eleições presidenciais, estruturou-se a partir de setores organizados da sociedade e concentra as taxas de simpatia e antipatia partidária. Nesse sentido, continua válida a colocação de Singer (2000) sobre o PT se constituir como a espinha dorsal do sistema partidário brasileiro, na medida em que as demais legendas e seus eleitores ainda a tomam como referência para o posicionamento político e ideológico.

A respeito do objeto desta dissertação, os filiados a partidos políticos, a escassez de dados e o pouco interesse na disponibilização das organizações partidárias dificultam a expansão desta agenda de estudos sub representada na Ciência Política. O primeiro problema seria de origem individual, pois o respondente do *survey* pode não se lembrar da filiação ou não sentir-se à vontade para declarar seu vínculo. O segundo remete a problemas organizacionais, os partidos políticos não atualizam com frequência o número de membros da base de filiados, e não raras vezes, quando os números são disponibilizados, não condizem com aqueles encontrados nos órgãos oficiais (NICOLAU, 2010; RIBEIRO, 2014; AMARAL, 2014).

Nesse contexto, Gimenes *et al* (2019) destacam a baixa produção de estudos sobre filiados a partidos políticos no Brasil. A exceção se dá pelo trabalho de Speck (2013), com dados oficiais sobre filiação frente a escassez de dados sobre o assunto. Em artigo posterior, Speck, Costa e Braga (2015) mobilizaram os dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e testaram a validade teórica dos conceitos de filiação e identificação partidária no Brasil. Destaca-se também, os trabalhos de Amaral (2014) e Ribeiro (2014) oriundos do projeto “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo” (1994 – 2014) com dados sobre os filiados aos dez maiores partidos daquele estado¹⁷. Mais recentes, o

¹⁷ Até então, o primeiro *survey* aplicado com filiados a distintos partidos políticos no Brasil.

estudo de Ribeiro, Gimenes, Lazare e Furriel (2018) utiliza dados de opinião pública para analisar a capacidade mediadora da variável "interesse por política", enquanto Paludo, Borba e Gimenes (2018) mobilizam o primeiro banco de dados de amostra representativa nacional de um partido Brasileiro, o PT.

O estudo de Ribeiro (2014), embora restrito ao estado de São Paulo, destaca dados relevantes para a agenda de pesquisa sobre os filiados, como a elevada participação intrapartidária; 81% afirmam desempenhar atividades e dedicar tempo a organização partidária, enquanto 26% contribuem com pagamento de mensalidades, 23% doam recursos financeiros para a campanha eleitoral e 46% participam das campanhas eleitorais.

Com relação a cultura política e valores democráticos, os filiados demonstram elevada confiança institucional nos partidos, superiores ao eleitorado em geral, característica positiva para a democracia representativa. Além disso, acreditam que sua participação afeta as decisões políticas (eficácia política) e destacam como motivação para filiação sua convicção política e, a sua ambição em seguir carreira política, enquanto poucos destacaram a tradição familiar como condicionante da filiação (RIBEIRO, 2014).

Por sua vez, debruçados sobre dados retirados do ESEB de 2014, Speck, Costa e Braga (2015) comprovam a predição das variáveis "identificação" e "filiação partidária" como estimulantes da filiação e engajamento associativo, além disso, fornecem quadros de preferências (afetivos ou racionais) para a construção de lealdades partidárias. Ainda que apenas 3% da amostra tenha declarado-se membro de algum partido, 62,5% desse grupo é identificado com alguma legenda da esquerda, na medida em que os laços entre filiados e eleitores situados nesse espectro seriam mais coerentes e duradouros, condicionam o engajamento em movimentos sociais.

Por fim, destacam-se os trabalhos de Paludo (2017) e Paludo, Borba e Gimenes (2018) a respeito da intensidade de participação dos filiados. A novidade desses trabalhos se dá em função da elaboração do primeiro banco de dados de amostra representativa de um partido político no Brasil, o PT, o qual permitiu aos pesquisadores verificar que a combinação entre as variáveis "tempo de filiação" e "idade" com aquelas de natureza individual e habilidades adquiridas no processo de socialização dos indivíduos, são explicativas dos padrões de engajamento durante a trajetória de militância dos filiados.

Diante disso, Paludo (2017) secciona a história do PT em três fases¹⁸ temporais: a primeira de 1980 até 1995, o partido enquanto a novidade no sistema político brasileiro,

¹⁸ Os trabalhos de Ribeiro (2010), Amaral (2010), Singer (2012), Paludo (2017) também contém revisões bibliográficas sobre o PT.

estruturado pelos atores da sociedade civil, em que o autor esperava encontrar o filiado recrutado por meio dos movimentos sociais que enxergavam o partido como espaço para atuação e comunhão de ideias, em suma, um perfil de filiado mais engajado e ideológico (SADER, 1988; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991).

A segunda fase, entre 1995 e 2002, marcou o início da era Campo Majoritário, o grupo político que coordenou o processo de nacionalização do partido. Em 1996, foi instituído o fundo partidário, com isso os dirigentes petistas passaram a prescindir da base de filiados, uma vez que se profissionalizou as campanhas eleitorais. Em 2001, foram com o PED e a filiação em massa, que diminuíram os custos da participação e não exigiu elevado engajamento dos novos filiados em troca, nesse cenário o autor esperava encontrar um filiado menos ideológico que o anterior (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2010).

Por último, a terceira fase, vigente entre 2003 e 2014, em que foram formalizadas as alterações relativas à organização, desenho institucional e ideologia partidária iniciadas no período anterior. Somou-se a isso o sucesso dos governos federais petistas e a troca da base eleitoral petista após o escândalo do mensalão, em 2005. Diante disso, o autor esperava encontrar um filiado menos engajado e ideológico em comparação aos perfis anteriores (SINGER, 2010).

Feito isso, a expectativa de Paludo (2017) seria encontrar padrões distintos de intensidade de participação dos filiados em cada fase descrita, ao passo que constatou-se indiferença entre as duas primeiras, as integrou e dividiu em dois grupos: os velhos filiados (vinculados entre 1980 e 2002) e os novos filiados (membros entre 2003 e 2014).

Isto posto, Paludo, Borba e Gimenes (2018) encontraram diferenças relativas à intensidade de participação dos velhos e novos filiados na atuação em atividades desempenhadas internamente e externamente ao partido. Assim como nas formas de recrutamento, os velhos filiados filiaram-se ao partido por meio dos movimentos sociais (e ainda mantêm um padrão de multimilitantismo) ao integrar durante a sua trajetória militante a participação partidária e o engajamento nos movimentos sociais.

Em síntese, os trabalhos sobre membros partidários no Brasil, destacam o elevado ativismo político, interesse e eficácia política do referido grupo, e conformam um perfil atitudinal próximo àquele do ativista político descrito por Dahl (1997). Além disso, justifica-se a importância de investigar como os cidadãos estabelecem vínculos com os partidos políticos, instituições centrais para o funcionamento da democracia, uma vez que a maneira como estão engajados contribui à interpretação sobre a organização desse regime no Brasil.

Há que se considerar outros achados importantes passíveis de testes através do distinto

banco de dados da presente pesquisa, dentre eles: a sub-representação das mulheres entre os filiados¹⁹, a elevada idade dos filiados, a sua distribuição entre as regiões, os níveis de escolaridade dos filiados, a mobilidade social estimular a filiação, ainda que não signifique identificação partidária, o elevado perfil sociodemográfico dos filiados comparado à média nacional, além da filiação condicionar a participação em outras modalidades de ativismo.

Assim, mobilizam-se nessa pesquisa os perfis de novos e velhos filiados ao PT (PALUDO, 2017) com o objetivo de encontrar diferenças e/ou similaridades entre sua atuação nas atividades extrapartidárias e intrapartidárias a partir do conceito de repertórios de ação política (BARNES; KAASE, 1979).

¹⁹ Os trabalhos de Ribeiro (2010) e Amaral (2010) destacam a sub-representação das mulheres entre os delegados petistas, enquanto Paludo (2017) relata homogeneidade na base de filiados, e Ayres (2018) aponta as políticas afirmativas petistas para inclusão de mulheres como a criação de setoriais, ainda que os cargos centrais da organização seja ocupado majoritariamente por homens.

3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

Na primeira seção deste capítulo, foi descrito o cenário de fundação do PT, ligado a luta pela redemocratização, pois às suas bases sociais comungavam a radicalidade pelo fim da ditadura, dos diversos atores organizados que integraram o partido, citou-se o movimento sindical, os setores progressistas do catolicismo e os militantes da esquerda desarticulada.

Assim, o partido herdaria em seu desenho institucional a participação social, daí a singularidade petista destacada por Meneguello (1989) e Keck (1991), na sua fundação o partido foi aberto a participação dos filiados. Nesse sentido, o principal órgão deste período foram os Núcleos de Base (NB), estes se constituíam como elo entre o partido e movimentos sociais, responsável pela filiação, educação e socialização política dos novos filiados petistas, e estimulavam a sistemática de encontros extraoficiais conformando um ambiente de intensa militância em comparação aos partidos que seguiam as diretrizes da LOPP (1979).

Na década seguinte, embora saísse derrotado nas eleições presidenciais, a quantidade de votos indicava aceitação às ideias petistas, principalmente pelos setores médios da sociedade. Nesse sentido, em 1995, o campo majoritário assumiria as rédeas da direção nacional do partido, com objetivo de o conduzir a condição de governo federal, a começar alterando as estruturas organizacionais que limitavam o partido eleitoralmente. Assim, centralizou os recursos financeiros, profissionalizou as campanhas eleitorais e de filiação, e contou com a entrada do fundo partidário que estimularia este processo (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011).

As alterações surtiriam efeito nas eleições presidenciais de 2002, embora a sua formalização tenha ocorrido com a implantação do Processo Eleitoral Direto (PED) em 2001, que diminuiu as barreiras para filiação e participação dos filiados. O PT que assumiu a Presidência da República, seria popular, nacional e moderado, a julgar a coligação junto ao Partido Liberal e aceitação das diretrizes impostas pela carta ao povo brasileiro em troca da governabilidade, todos estes fenômenos, impensáveis ao partido nas décadas de 1980/90.

Diante disto, introduziu-se a segunda seção do capítulo. Pontuando sobre o envolvimento do partido no escândalo do mensalão em 2005, o fenômeno do lulismo, que uma vez somados finalizaram o processo de inflexão ideológica, nacionalização e popularização do petismo, iniciado em 1995. Nesse sentido, houve um aumento na base de filiados e modificação no perfil sociodemográfico e atitudinal do petista médio (SINGER, 2010; 2012; PALUDO, 2017).

3.1 O CONTEXTO DE FORMAÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

O PT foi fundado em fevereiro de 1980, durante a transição de regime político autoritário para a democracia. Diante deste cenário, os movimentos sociais e as manifestações civis ocuparam as ruas das principais cidades do Brasil e compuseram o palco da luta pela redemocratização. Utilizada como termômetro, a radicalidade do contexto indicou ausência de legitimidade do governo autoritário. Pressionados, os militares anunciaram a extinção do bipartidarismo e introdução do multipartidarismo. Esperou-se, ao democratizar o acesso ao Estado, esvaziar os canais de participação civil e controlar os movimentos sociais, o que aconteceu em partes, pois ao mesmo tempo se abriu a janela de oportunidades para integração desses diversos setores em um partido político, o PT (CRUZ; MARTINS, 1983; SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; KECK 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

Dentre a ampla coalizão de setores societais responsáveis pela formação do PT, enumera-se aqueles considerados os principais pela literatura; as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a esquerda desarticulada e o novo sindicalismo. Um traço comum a todos, a radicalidade destacada anteriormente, desenvolvida no encaminhar do regime militar, embora distinguíssem-se as matrizes políticas e sociais responsáveis pela conformação de cada movimento. Nesse sentido, procurou-se destacar nos próximos parágrafos cada um desses atores políticos pela óptica da radicalidade (SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991, RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

As razões para a radicalidade das CEBs encontram paralelos anteriores ao regime militar, relacionadas a elitização do catolicismo frente a crescente popularização do protestantismo no Brasil. Durante esse processo, os católicos aos poucos perderam o poder de influência entre camadas mais populares. Daí a importância das linhas traçadas pelo Concílio do Vaticano II, em especial a que apontou a necessidade de a igreja voltar-se aos mais necessitados, adaptada ao contexto latino-americano deu início a Teologia da Libertação. Consumada a ditadura, aprofundou-se a inflação, desemprego e a repressão, em suma, as desigualdades sociais, abrindo caminho à efetivação das práticas citadas anteriormente, como o trabalho comunitário relacionado a educação política, saúde e ressocialização ao mercado de trabalho da população carente, realizado, em partes, por missionários católicos, voluntários e militantes da esquerda desarticulada (SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; SINGER, 2012).

Em relação à esquerda, restou aos militantes desarticulados encontrarem saídas ao repertório tradicional de militância, como a educação política dos indivíduos nos espaços cedidos pela CEBs nas periferias, visto que o enfrentamento armado se mostrou um repertório ineficaz de ação política frente ao governo militar. Além disso, a autocrítica não ficou restrita ao erro de diagnóstico histórico e a escolha pelo repertório de combate ao regime, mas também, aos acordos políticos anteriores ao golpe militar de 1964. O “partidão”, ao coalizar com o PTB, teria compactuado à aliança populista entre a burguesia nacional e população, e diminuído as nuances do conflito de classe, desarticulando a classe trabalhadora frente àquele processo (SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; SINGER, 2012).

Os trabalhadores organizados em sindicatos, estavam vinculados ao Estado desde a implantação do modelo trabalhista no Governo Getúlio Vargas. Utilizada como controle social, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) permitiu ao beneficiário acessar a cidadania, ao mesmo tempo, esvaziou a estrutura sindical, emparelhando-a com o Estado. Assim, o sindicalismo chegou ao regime militar como mecanismo de controle da massa de trabalhadores. O cenário se alterou com a ascensão do novo sindicalismo, a autenticidade das propostas dessa corrente, que reivindicou o rompimento com o Estado populista, com a legislação trabalhista antiga e a liberdade sindical, ao aproveitar as propagandas do milagre econômico, interpelou as alterações durante o período da distensão política. Além disso, conduziu o movimento pela redemocratização do Brasil, com as greves do ABC paulista no final da década 1970 (SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; SINGER, 2012).

A confluência desses setores sociais, associados pela radicalidade do pensamento, atribuiu ao PT a singularidade no sistema multipartidário brasileiro. No contexto em que a anistia foi restrita a comunistas, o projeto socialista democrático petista, que não se alinhava a política de alianças socialdemocratas, e nem previa abolição da propriedade típica do comunismo, atraiu muitos adeptos de diversos setores da sociedade brasileira como os profissionais liberais, bancários, professores e operários (SADER, 1987; MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

Diante deste cenário, a classe trabalhadora abriu espaço para a formação do PT, e encontrou no partido a representação de pautas sociais nas arenas institucionais do Estado, como a defesa de direitos básicos do cidadão, o direito a participação social e o combate às políticas patrimonialistas conciliadoras vigentes no Brasil. Por outro lado, a euforia da militância partidária integrada às propostas políticas fez do partido uma organização política aberta a participação dos filiados, uma vez que na sua primeira década de existência o

principal órgão petista foram os já citados Núcleos de Bases (NBs) (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

A respeito dos órgãos destacados anteriormente, é preciso indicar ainda outras características a respeito, pois garantiam a democracia participativa interna ao partido, constituindo-se como o elo entre o partido e setores da sociedade civil e o responsável em ampliar as conexões entre as instâncias partidárias. Sob a estrutura desses espaços, ocorreram a socialização e educação política dos novos filiados em intensa atividade de militância, outro traço distintivo do petismo comparado aos demais partidos durante o período de formação do sistema partidário brasileiro (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; AMARAL, 2011; RIBEIRO, 2010; SINGER, 2012).

Considerando este panorama, a radicalidade petista efetivou-se por meio de um posicionamento singular àquelas pautas políticas colocadas durante a redemocratização do país. Assim, o partido fragmentou a frente antitadura ao não apoiar a candidatura de Tancredo Neves como Presidente, se mostrou contrário a Constituição cidadã de 1988 em prol de outra mais radical, rejeitou o apoio do PMDB nas eleições presidenciais de 1989, que significaria a vitória eleitoral de Lula, em defesa da originalidade política e ideológica da proposta petista (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; SINGER, 2012).

Os resultados da disputa presidencial de 1989, não implicaram somente a derrota eleitoral petista, mas também, o desmonte dos avanços conquistados pelas lutas sociais durante a década. Nem com o impeachment de Fernando Collor de Mello freou-se o avanço de políticas neoliberais, uma vez que Fernando Henrique Cardoso realizou privatizações, controlou a inflação, criou o real e desarticulou o movimento sindical. Por outro lado, fragilizado socialmente, o PT enxergou na institucionalidade o caminho a ser trilhado no combate às desigualdades estruturais da sociedade brasileira (SINGER, 2012).

Nas disputas presidenciais seguintes (1994 e 1998) o PSDB venceu o PT ainda no primeiro turno, o que demonstrou a fragilidade organizacional do petismo, a julgar que as ideias petistas tiveram adesão social pela quantidade de votos recebidos em ambos certames. Esse cenário começou a se alterar em 1995, com as eleições intrapartidárias, a integração de duas tendências internas (Articulação e Democracia Radical) que saíram vitoriosas e formariam a estrutura do Campo Majoritário, a coalizão política dirigiria o partido durante uma década (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

As propostas políticas do Campo Majoritário visavam fortalecer a estrutura da organização partidária petista, que limitavam suas potencialidades eleitorais. Tais como, a restrição regional do partido concentrado no Sudeste, a escassez de recursos financeiros e

profissionalização das campanhas eleitorais consideradas amadoras. Somou-se a isso, a instituição do Fundo Partidário em 1996 que, associados, estimularam a efetivação das mudanças com o objetivo de vencer a eleição presidencial em 1998 (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

Embora não tivesse atingido a sua principal meta, a Presidência da República naquele ano, as reformas surtiriam efeito na eleição presidencial de 2002. O PT nacionalizou-se e atingiu a quantidade de votos necessários no Nordeste para conquistar aquela eleição, a maioria da bancada na Câmara dos Deputados e espalhou diretórios municipais em 75% do território brasileiro²⁰. Esse movimento ocorreu por meio da centralização da Secretaria de Recursos e Finanças, que profissionalizou as campanhas eleitorais. A título de ilustração, as contribuições dos filiados representavam 1% dos recursos financeiros do partido em 2004, a fatia restante, dividiu-se entre doações privadas e o fundo partidário²¹ (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012).

A burocratização do partido levou a organização partidária prescindir da base de filiados, uma vez que os recursos humanos dos membros foram preteridos por aquele especializado. Além do mais, o crescimento da base de filiados implicou em reorganizar e atualizar o número de membros efetivos ao partido por meio do recadastramento, que se realizou em 2001. Além disso, colocou-se em pauta para a elite intrapartidária, repensar o desenho institucional petista, e assim facilitar a comunicação, participação e a constante atualização do número de filiados, o que aconteceu, com a proposta de um novo estatuto naquele ano (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011).

A votação do novo estatuto em 1999, colocou em oposição duas visões distintas a respeito da participação dos filiados. Por um lado, o campo majoritário propôs o direito de voto para escolha dos quadros partidários a todos os membros em dia com sua contribuição, que por sua vez significaria encerrar aquele desenho institucional baseado nas lógicas de encontros em todas as esferas para eleição dos dirigentes petistas. Por outro lado, as tendências oposicionistas defendiam a reformulação dos NBs, estruturas responsáveis pela singularidade da militância petista, pois estimulavam a sistemática de encontros extraoficiais, e foram abandonados devido à falta de recursos humanos e financeiros ainda na década de 1980 (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011).

Consumada a vitória do campo majoritário, formalizou-se as alterações estatutárias que contemplaram dois pontos divergentes da estrutura partidária petista, em que se aliou a

²⁰ Dados podem ser encontrados em Singer (2012).

²¹ Dados podem ser encontrados em Ribeiro (2010).

participação dos filiados nos processos decisórios e diminuiu-se os custos da filiação. Nesse sentido, ao não exigir a militância do novo filiado convidado a participar do partido a cada Processo Eleitoral Direto (PED), o partido incorporou um novo perfil tanto sociodemográfico como atitudinal de membros a partir de 2001 (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012; PALUDO, 2017).

Nos anos seguintes, somou-se a esse cenário a vitória na eleição presidencial e a popularidade dos governos Lula, desta maneira a literatura especializada a respeito do petismo dividiu a história do partido em dois períodos temporais distintos, o anterior e posterior ao ano de 2002. Pautado nesta divisão cronológica, Singer (2012) caracterizou o partido até este período como o “espírito de Sion”, baseado em sua radicalidade, e o seguinte como “alma do Anhembi”, o local onde foi assinada à carta ao povo brasileiro, o símbolo da amenização ideológica do partido. Em raciocínio semelhante, Paludo (2017) classificou como velhos filiados aqueles vinculados entre 1980 e 2002, e os novos filiados membros entre 2003 e 2014.

Embora a hipótese inicial de Paludo (2017) fosse encontrar padrões distintos de engajamento dos filiados em cada fase distinta do petismo, (demonstrou-se a proposta do recorte temporal da trajetória do partido no primeiro capítulo), a depender do contexto em que formalizou-se os vínculos e os recursos individuais e habilidades cívicas adquiridas pelos indivíduos no processo de socialização, na medida em que os testes estatísticos indicaram indiferenças atitudinais entre os filiados às duas primeiras fases do petismo (entre 1980 e 1995 e 1995 e 2002), o autor integrou os perfis, e dividiu à amostra entre velhos e novos filiados.

O velho filiado petista teria um engajamento de alta intensidade nas atividades intrapartidárias, e durante a sua trajetória a combinou com a participação social, seu padrão mais recorrente de recrutamento partidário ocorreu pelos movimentos sociais tradicionais ligados à luta pela democracia, e que aproveitaram a janela de oportunidades políticas para fundar um ator institucional, como o movimento sindical, movimento estudantil e setores progressista da igreja católica (PALUDO, 2017).

O novo filiado petista seguiria uma trajetória distinta, vinculado ao partido após a eleição presidencial, seu padrão de militância seria o baixo engajamento, uma vez que se deparou com o petismo institucionalizado, nacionalizado e na Presidência. Esse perfil de filiado formalizou o vínculo partidário pela popularidade do governo Lula, aprovou a sua administração e/ou beneficiou-se dos programas sociais (PALUDO, 2017). Assim, na próxima seção, elaborou-se o cenário político entre 2003 e 2014 pela ótica do PT, e destacou-

se entre outras coisas a efetivação das reformas iniciadas neste período, a nacionalização do partido, à troca da base eleitoral e social do eleitor e filiado ao petismo.

3.2 O REALINHAMENTO ELEITORAL PÓS 2002: DISCUTINDO O LULISMO E O PETISMO

Na seção anterior, procurou-se indicar como o partido mais combativo na redemocratização alcançou a condição de governo no Brasil, e como durante esse processo deixou-se perder as nuances dessa singularidade (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991). Dito de outra maneira, passados uma década da recusa ao apoio eleitoral peemedebista na eleição presidencial de 1989, que elegeria Lula, pela defesa de princípios ideológicos, o PT aliara-se ao Partido Liberal (PL) e assumiu os compromissos da carta ao povo brasileiro em nome do pragmatismo, como a governabilidade e estabilidade econômica (SINGER, 2010; 2012). Diante disto, a presente seção procurou avançar na construção do cenário político vigente entre 2002 e 2014, e a repercussão desta moderação (ou não) em sua base de filiados.

A primeira amostra da moderação ideológica, que chegaria para ficar, se deu no início do mandato de Lula, a proposta da reforma previdência social encaminhada à Câmara dos Deputados causou divisão interna no partido, uma vez que os parlamentares petistas de tendências opositoras ao campo majoritário votaram contra o projeto em trânsito, e como punição foram expulsos do PT (SINGER, 2010; 2012). Assim, diversos quadros políticos mais à esquerda no sistema partidário petista acompanharam suas lideranças na troca ou fundação de novas legendas, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O partido eleito à condição de governo em 2003 seria mais popular em comparação àquele dos anos 1990, como apontaram Kinzo e Carreirão (2004) por meio de análise longitudinal entre 1988 e 2002 sobre a preferência partidária com dados de opinião pública. Dentre os resultados encontrados durante o período em questão, interessa-nos o percentual médio de simpatia partidária em torno de 46%, valor próximo àqueles encontrados em democracias consolidadas. Embora restrita ao eleitor identificado, entre os partidos destaca-se a ascensão petista, pois em 1990 o partido tinha a preferência de 10% do eleitorado e durante a década seguinte popularizou-se, atingindo 18% em 2000.

Ainda durante o primeiro mandato de Lula irrompeu-se outra crise política, que repercutiu no partido e no Governo, com a denúncia do mensalão em 2005, esquema de corrupção baseado na compra de votos Parlamentares envolvendo lideranças partidárias e governistas petistas. Essas práticas, pouco prováveis nas décadas 1980/90, passariam a ser

rotineiras, levando o partido a reavaliar suas condutas. Desse modo, a autocrítica pautou o PED seguinte, e seria proposto a refundação do partido naquele ano. A esta altura, concluiu-se também o processo de divórcio entre o partido e sua base eleitoral tradicional, ligada a setores médios da sociedade citada na sessão anterior, de modo que os analistas políticos colocavam como certa a vitória do PSDB na eleição presidencial de 2006, uma vez que o PT chegaria fragilizado por uma crise governamental e partidária àquela disputa (SINGER, 2010; 2012).

Contrariando o cenário descrito anteriormente, o partido venceria as eleições presidenciais e chegaria mais popularizado para o segundo mandato de Lula, indicavam surpresos os autores, utilizando os dados de pesquisas pós-eleitorais, colhidos 45 dias depois daquele pleito. Para ilustrar este cenário, a seguir procurou-se apresentar a disputa pela preferência eleitoral durante três décadas entre o PT, PMDB e PSDB, que apontou o crescimento do primeiro em detrimento a seus opositores, apesar do escândalo do mensalão.

Com relação à preferência eleitoral durante três décadas, destaca-se o seguinte panorama, o PMDB concentrou as taxas de identificação partidária durante os anos 1980, todavia, em função da recorrência de disputas presidenciais, as campanhas de filiações colocaram o PT em igualdade com o PMDB na disputa pela preferência eleitoral, a ponto de ambos os partidos se encontrarem empatados com 17% da identificação partidária em 1997. Durante os anos 2000, acentuou-se o crescimento do PT até o escândalo do mensalão em 2005, mas logo o partido retomou e ampliou a identificação partidária até as ondas de protesto em julho de 2013. Diante deste cenário, o PSDB nunca atingiu uma casa decimal entre os simpatizantes, na década 1990 o partido tinha 4%, e subiria para 8% na década seguinte (VEIGA, 2007, 2011; SINGER, 2012; GIMENES, 2015).

No que se refere aos índices gerais da identificação partidária, mantiveram-se estáveis entre 2002 e 2010, próximos a 39%, à exceção do escândalo do mensalão em 2005, quando atingiu 29%, patamar próximo àquele do contexto de redemocratização. O declínio foi generalizado entre os partidos políticos, enquanto a retomada da identificação partidária decorreu do crescimento petista observável até 2013 (VEIGA, 2007, 2011; GIMENES, 2015).

Contrariando as expectativas, apesar de sofrer uma subtração da base eleitoral historicamente ligada ao partido, o PT chegou mais popularizado para o segundo mandato de Lula. Diante deste cenário, estava em processo o que Singer (2010) chamou de “realinhamento eleitoral silencioso”, enquanto perdeu aqueles eleitores baluartes do partido durante duas décadas, ao mesmo tempo, contou com a entrada em maior quantidade daqueles identificados outrora com os partidos à direita, durante esse movimento, teria o partido popularizado e vencido as eleições presidenciais de 2006.

Diante deste cenário, diversos estudiosos indicaram estar em curso o processo de alteração do perfil atitudinal e sociodemográfico de eleitores e filiados petistas (HUNTER; POWER, 2007; SAMUELS, 2008; AMARAL, 2011). Nesse sentido, ao comparar dados do Estudos Eleitorais Brasileiro (ESEB) aplicados em 2002 e 2006, Veiga (2007) identificou a troca da base eleitoral petista durante o primeiro mandato de Lula, uma vez que renda, escolaridade e localização geográfica não seriam mais características distintivas deste eleitorado em comparação ao eleitor médio brasileiro.

Um dos pilares do primeiro mandato de Lula, o investimento em políticas sociais e econômicas, trouxeram melhorias à condição de vida da população brasileira, assim teriam influenciado a mudança no comportamento do eleitor simpatizante e identificado a partidos políticos no Brasil. Desta maneira, historicamente restrito às capitais do Sul e Sudeste, vinculadas ao sindicalismo e a setores da classe média, o partido se aproximou dos “grotões” do Nordeste e estreitou laços com o subproletariado, classe social que historicamente sufragou os partidos conservadores (TERRON; SOARES, 2010; RENNÓ; CABELLO, 2010; SINGER, 2010; 2012; VEIGA, 2007; 2011).

Com relação à alteração do estrato eleitoral petista, Samuels (2008) considera que entre as eleições ocorridas em 2002 e 2008 a autolocalização à esquerda deixou de predizer identificação com o partido, como outrora. Uma das hipóteses do referido autor seria que a moderação no discurso da elite partidária afetou a base de filiados e de identificados, assim como o afrouxamento nos critérios de filiação modificou os processos de recrutamento do partido, alterando o perfil do petista médio.

Apesar de encontrar sinais de moderação ideológica, Samuels (2008) ponderou os seus achados, uma vez que a base de apoio ao PT continuou restrita ao Sudeste do país, o eleitor identificado com o partido ainda seria mais democrático que os demais, e mais coerentes em suas escolhas eleitorais, visto que votaria em candidatos do partido independente do pleito em questão. Além do mais, teria elevado conhecimento e interesse por política, comparado ao restante do eleitorado brasileiro.

No mesmo contexto de análise, Venturi (2010), Veiga (2007; 2011) e Singer (2010) encontraram alterações significativas no perfil sociodemográfico do eleitor identificado com o partido, uma vez que até a eleição de Lula o perfil do “velho petista” representava o cidadão médio, com elevada escolaridade e residente em capitais, o qual cedeu espaço para o “novo petista”, habitante das regiões metropolitanas, com baixos rendimentos mensais e com escolaridade média. Esse fenômeno possibilitou a nacionalização e a popularização do

partido, além de retomar o patamar anterior da identificação partidária após o escândalo do mensalão.

Porém, foram Hunter e Power (2008) os primeiros pesquisadores a identificarem diferenças no processo de expansão e nas bases eleitorais e sociais entre lulistas e petistas, ao compararem as votações de ambos os grupos nas eleições para Câmara Federal e Presidência usando como variável o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim, enquanto o voto lulista e petista esteve vinculado a Unidades Federais (UF) nas eleições ocorridas em 1994, 1998, 2002, o mesmo não aconteceu em 2006, visto pela óptica do IDH, o voto lulista crescia conforme decrescia o índice de desenvolvimento, enquanto a escolha petista seguia a lógica inversa.

Em exercício análogo ao anterior, Terron e Soares (2010) constataram o afastamento e posterior divórcio entre as bases, quando compararam suas votações nas eleições proporcionais e majoritárias entre 1994 e 2006, argumentaram os autores que enquanto a base eleitoral lulista se expandia em direção ao Nordeste, a petista continuava restrita ao Sudeste. Esta hipótese se confirmou, por meio da distribuição espacial dos dados eleitorais de 2006 quando transpostos para o mapa territorial brasileiro, a votação em Lula aumentava e desconcentrava, enquanto a petista continuava concentrada nos grandes centros urbanos.

Diante deste cenário, interessados em compreender as razões do voto lulista, se personalista, ideológico e/ou retrospectivo, Rennó e Cabello (2010) mobilizaram os dados do ESEB de 2002 e 2006, procurando explicar o comportamento de quatro perfis distintos de eleitores; os petistas, os lulistas, os velhos lulistas e demais eleitores. Assim, destacou-se dos resultados dos autores a inexistência de mudanças significativas no perfil sociodemográfico dos petistas, corroborando com Samuels (2008), e destoando, a respeito do impacto do personalismo no voto lulista, visto que o voto retrospectivo foi considerado como o condicionante do lulismo, ou seja, os eleitores escolhiam Lula induzidos pela sensação de melhoria na sua qualidade de vida, o que vai ao encontro da tese do voto econômico como explicativa do comportamento eleitoral brasileiro.

Os estudos citados anteriormente destacaram dados relevantes a respeito do realinhamento eleitoral chamado de lulismo, mas encobriram as transformações internas durante a trajetória do petismo, afirmou Singer (2010). Sempre ligada a setores médios da sociedade brasileira, as pesquisas de opinião pública das décadas de 1980/90 vinculavam o partido aos interesses organizados da sociedade, a classe média, a intelectuais e residentes das capitais, enquanto o eleitor popular simpatizava com os partidos à direita, ao incorporar este

segmento o petismo encerrou o alinhamento eleitoral pós 1964, e se popularizou como outrora o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) antes do golpe civil militar (SINGER, 2010; 2012).

Ilustra-se a popularidade do partido pela sua base de filiados, como destacado, o primeiro recadastramento dos membros petistas ocorreu em 2001, naquele período o PT contava 500.000 filiados, enquanto em 2009, o número subiria para 1.2 milhões. Por outro lado, a participação intrapartidária não acompanhou a crescente no número de membros, pois a quantidade de filiados presentes em cada PED se manteve próximo a 300 mil eleitores, durante todo o período em questão. Nesse sentido, a diminuição dos custos da filiação surtiria efeito, embora não se possa dizer o mesmo a respeito da participação intrapartidária²² (RIBEIRO, 2010; SINGER, 2010; 2012; AMARAL, 2011).

Análogo é o aumento na quantidade de cargos eletivos, o partido que elegeu 187 prefeitos em 2000, nove anos depois elegeria 559. Em relação ao Senado, mais que quadruplicou o número, passando de 3 senadores em 1997, para 14 em 2010. Diante disto, embora governasse menos UF que o PSDB, e tivesse menos filiados e senadores em comparação ao PMDB, compensava em números de simpatizantes, bancada na Câmara dos Deputados, número de mandatos presidenciais e capilaridade nacional com diretórios municipais espalhados em 96% do território nacional, ingressando no grupo dos grandes partidos do Brasil²³ (RIBEIRO, 2010; SINGER, 2010; 2012; AMARAL, 2011).

Diante deste cenário, Singer (2012) argumentou dois fatores responsáveis por esse processo, a elaboração da “Carta ao Povo Brasileiro”, que simbolizou a suavização das pautas ideológicas petistas vinculadas às diretrizes históricas, aproximando-se de setores até então considerados conservadores pelo partido. Por sua vez, ao acenar o compromisso com a estabilidade econômica, abriu-se o caminho à vitória petista na eleição presidencial de 2002, elevando o partido de maior destaque na redemocratização, opositor às políticas liberalizantes e representante da esquerda brasileira à condição de governo. Nesse sentido, tal evento é considerado um marcador para os estudos sobre partidarismo no Brasil e, também, para análises sobre filiados ao partido (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Singer (2012) considerou como o divisor de água na trajetória petista, o conteúdo simbólico da “carta ao povo brasileiro”, à primeira vista tratada como estratégia eleitoral, abriu-se o espaço para atuação do “espírito do Anhembi”, responsável pelo discurso moderado e pragmático, combinando ascensão social e ordem política e popularizando o partido, mas em ritmo diferente do lulismo. Assim, aos poucos solapou o “Sion”, pois não

²² Dados podem ser encontrados em Ribeiro (2010) e Amaral (2011).

²³ Dados podem ser encontrados em Ribeiro (2010) e Amaral (2012) e Singer (2012).

haveria mais espaço para contestação do capital, embora o último seja encontrado nos programas e encontros partidários, e o autor considere a síntese das duas almas representante da atual identidade petista, após o segundo mandato de Lula, o PT estaria mais moderado e próximo à direita (SINGER, 2010; 2012).

O investimento em políticas sociais durante o governo Lula ensejou uma sensação na melhoria na qualidade de vida da população, por esse ângulo, o lulismo alterou o posicionamento dos partidos políticos no espectro ideológico, ao combinar ascensão social sem ruptura da ordem flertou com o subproletariado, classe social que corresponde a 18% do eleitorado nacional (SINGER, 2010; 2012). Nesse sentido, embora a base eleitoral lulista transcenda a petista, o partido aumentou o seu território de caça, incorporando um eleitorado identificado com os partidos à direita. Tal fenômeno explicaria o crescimento no número de filiados ao partido no Nordeste, a alteração do perfil atitudinal e demográfico dos novos membros após 2003 (SINGER, 2010; 2012; AMARAL, 2011; PALUDO, 2017).

Consumado o segundo mandato de Lula, o realinhamento eleitoral iniciado em 2002, e finalizado em 2006, mostrou-se consistente e garantiu a vitória da candidata petista Dilma Rousseff frente ao competidor tucano José Serra na eleição presidencial de 2010. No pleito seguinte, considerado o mais acirrado da história do Brasil, disputou a reeleição à candidata petista contra o peessedebista Aécio Neves, e novamente os eleitores de baixa renda, menor escolaridade e nordestinos decidiram em favor da vitória de Dilma Rousseff.

Diante deste cenário, a vitória de Dilma Rousseff na eleição presidencial de 2014 validou o argumento de Singer (2012), a respeito do processo de popularização do petismo durante a sua trajetória dar-se em ritmo mais vagaroso e não incidir com o lulismo, uma vez que o ex-presidente beneficiou-se do realinhamento eleitoral para à sua reeleição em 2006, enquanto o partido somente em 2014.

Entre as eleições presidenciais, irromperam as jornadas de protestos de julho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL) colocava em pauta a ocupação do espaço público e reivindicava a diminuição nos custos da passagem de ônibus, no entanto, essa agenda desdobrou-se em outra, bastante conservadora, associada às bandeiras antipartidárias, a intervenção militar e agressões a militantes partidários. Este cenário impactou as eleições presidenciais de 2014, com a conjuntura política polarizada, a classe política desprestigiada, e a sensação de instabilidade independente do resultado das urnas.

Aquele padrão de disputa presidencial bipartidário entre petistas e peessedebistas, iniciado em 1994 e repetido durante duas décadas levando o segundo partido a superar o peemedebismo em popularidade, encerrou-se em 2014. A esta altura, a identificação

partidária entraria em declínio, com números próximos ao encontrado na década de 1980, ao passo em que se aumentou os sentimentos negativos em relação a partidos (antipartidarismo), especialmente contra o petismo, fenômeno classificado como “antipetismo” pela literatura.

Em 2015 encaminhou-se à Câmara dos Deputados o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, pela sua acusação pelo crime de responsabilidade fiscal, que seria aceito em 2016. Esse processo, levou às ruas milhares de civis, movimentos e associações favoráveis e contrárias à sua condenação, e em meio as manifestações, ao contrário de 2013, houve um enquadramento entre os democratas e autoritários, a julgar o pedido de intervenção militar, antipartidarismo, antipetismo e a xenofobia. Assim, essa polarização abriu espaço para a vitória de um candidato *outsider* nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro, então do PSL, uma vez que sua campanha eleitoral integrou estas pautas em prol de um governo opositor e combatente àquelas vigentes, neste cenário, representado pelo então candidato Fernando Haddad, do PT²⁴.

Nesta seção, procurou-se elaborar o cenário político brasileiro pós 2003, baseado na trajetória do partido que governou o país durante o período, o PT. Dentre outras coisas, destacou-se que a singularidade petista cedeu espaço para a normalidade, embora o partido ainda concentre 2/3 da identificação partidária, em função da recorrência nas disputas presidenciais e constituir-se como um quadro de referência na construção de lealdades partidárias ou atalho para tomada de decisão do eleitorado em geral, partidários e antipartidários, visto que atualmente, segundo a literatura, o antipetismo estrutura mais o voto que a identificação partidária dos demais partidos.

Procurou-se apontar os impactos da eleição presidencial de Lula no eleitorado petista, ao integrar estabilidade com sensação de melhoria na qualidade de vida alterou-se os alinhamentos eleitorais e incorporou o subproletariado, fração de classe historicamente identificado com o conservadorismo popular e reduto eleitoral de partidos à direita, que encontraram no lulismo a efetivação desse projeto político, uma vez efetuada a migração a base eleitoral lulista solapou a petista.

Entende-se que a troca do extrato eleitoral foi positiva ao PT, em razão de que consumada a saída do eleitor petista, base de sustentação do partido durante duas décadas, e, entrada em maior quantidade do eleitor lulista, garantiu a recuperação dos escândalos do mensalão e a reeleição para o segundo mandato de Lula. Por sua vez, embora a base eleitoral

²⁴ É preciso deixar claro a utilização deste parágrafo como contextualização do cenário político nacional, pois, Paludo (2017) realizou a coleta de dados anteriormente ao processo de *impeachment* e em consequência, de seus desdobramentos.

lulista transcenda a petista, o partido aproveitou-se da situação e aumentou o território de caça incorporando novos membros a base de filiados.

Encontra-se raciocínio análogo nas obras de Amaral (2010) e Singer (2012) a respeito do simultâneo crescimento entre a base eleitoral e o número de filiados petistas durante os mandatos do então presidente Lula. Por meio de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o primeiro autor indicou o crescimento do número de filiados ao partido 170% acima da média nacional e 58% em comparação ao Nordeste entre 2002 e 2010, baseado nas taxas de Filiados Por Mil Eleitores (FPME), o que seria muito superior aos demais partidos.

A respeito dos filiados a partidos políticos, a partir dos balanços bibliográficos de Lima Jr (1993) e Nicolau (2010), constatou tratar-se de uma dimensão sub representada da Ciência Política brasileira, na medida em que há poucos estudos sobre o tema em questão. Diante deste cenário de escassez, na última década assistiu-se um avanço em direção a produção de trabalhos sobre filiados, os quais lista-se a seguir, Ribeiro (2014) e Amaral (2014) a respeito dos perfis atitudinais e sociodemográficos das bases partidárias das dez maiores legendas do estado de São Paulo; Speck, Costa e Braga (2015) acerca dos condicionantes da filiação partidária no Brasil; e por último, e mais importante a esta dissertação, os estudos de Paludo (2017) e Paludo, Borba e Gimenes (2018) sobre a intensidade de participação dos filiados petistas.

Paludo (2017) e Paludo Borba e Gimenes (2018) se debruçaram a entender a intensidade de participação dos filiados petistas. Nesse sentido, os autores dividiram a amostra da base partidária do PT entre os velhos petistas, filiados entre 1980 e 2002, e os novos petistas, filiados entre 2003 e 2014, e indicaram distinções na intensidade de participação entre os perfis, na medida em que durante a sua trajetória os velhos filiados integrariam uma agenda de militância tanto em movimentos sociais como organização partidária, enquanto a trajetória dos novos filiados seria mais restrita a organizações partidárias.

Deste modo, em partes, o resultado destacado anteriormente em Paludo (2017) e Paludo, Borba e Gimenes (2018) endossam o raciocínio de que o PT se aproveitou da popularidade do lulismo e aumentou o território de caça, incorporando um novo perfil sociodemográfico e atitudinal de filiados, uma vez que, ainda que indiretamente, os autores utilizaram-se do mesmo recorte temporal dos trabalhos de Singer (2010) e Amaral (2010): a eleição presidencial de 2002. Por esse ângulo, constatada a existência de diferenças na intensidade de participação entre os velhos e novos filiados (eleitoral e partidária), no

próximo capítulo procura-se verificar a validade deste recorte para a análise da recorrência da atuação dos velhos e novos filiados nas atividades extra e intrapartidárias.

Para tanto, no próximo capítulo, mobiliza-se o banco de dados de amostra representativa nacional sobre filiados petistas no Brasil, com o intuito de responder as perguntas levantadas na introdução desta dissertação.

4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE FILIADOS AO PT

Destacou-se nos capítulos anteriores a escassez de trabalhos a respeito dos filiados a partidos políticos no Brasil, de modo que as seções deste capítulo se dedicam a responder os questionamentos esboçados na introdução desta dissertação.

Deste modo, se constitui um dos objetivos desta dissertação contribuir para o preenchimento de lacunas desse campo de pesquisa. Nesse sentido, ainda é comum os estudos sobre partidos políticos nacionais destacarem a fragilidade da face representativa das referidas instituições e seu não enraizamento social, embora vivenciemos o maior período democrático da curta história política republicana brasileira, e este seja, em alguma medida, estruturado pela competição partidária.

Na contramão do diagnóstico corrente, Speck (2013) destacou que um a cada dez eleitores seria filiado a partidos políticos no Brasil, número elevado em comparação a outros países de semelhante contexto de democratização, eu autor acrescentou ainda que esses dados aumentam nos períodos eleitorais, como as eleições presidenciais de 2018. A respeito disso, apontou-se anteriormente que os dados oriundos do TSE carecem de atualizações, e utilizar medidas como o número de filiados para mensurar o tamanho e a capilaridade dos partidos seria questionável, pois, não raras vezes, contrariam aqueles publicados pelas próprias organizações.

Diante deste cenário, segundo os dados do TSE publicados em 2019, os partidos tradicionais continuam contando com as maiores quantidades de filiados: historicamente popular, o MDB conta com aproximadamente 2,4 milhões de membros, ao passo em que atualmente o PT soma 1,6 milhões, e o PSDB 1,5 milhões. Por outro lado, ilustrativo do problema colocado acima, a Secretaria de Organização do PT (SORG) atualizou os dados a respeito da quantidade de filiados e indicou contar com 2,1 milhões de membros, contrariando o TSE.

Outros fatores contribuem para a inconsistência dos dados, como o viés de desejabilidade social, a seleção dos respondentes, e a indisponibilidade de *surveys* com questões específicas sobre os filiados. Além disso, a filiação a partido não significa, necessariamente, o engajamento partidário, pois na maioria das legendas brasileiras, há gratuidade para filiação e inexistência de contribuições mensais ou anuais, estimulando a formalização de vínculos. Diante deste horizonte, a presente pesquisa contribui para enriquecer o conhecimento sobre o tema, em razão de não utilizar somente dados do TSE, mas também, um banco de dados de amostra representativa específico com filiados do PT.

4.1 EM QUAIS ATIVIDADES PARTIDÁRIAS E SOCIAIS ATUAM OS FILIADOS PETISTAS?

Inicia-se a presente seção indicando os dados mobilizados nesta dissertação, pertencentes a pesquisa “Participação de alta intensidade e militância dos filiados de base do PT no Brasil” (PALUDO, 2017), cuja elaboração, aplicação e construção baseou-se em documentos recolhidos na Fundação Perseu Abramo (FPA) e na Secretaria de Organização Partidária (SORG). Por meio do número de filiados definiu-se o desenho amostral da pesquisa, enquanto a partir da documentação da FPA construiu-se um questionário com 56 perguntas.

Com relação à coleta de dados, utilizou-se a técnica de auto aplicação dos questionários, enviados inicialmente por correio na data de realização do PED de 2013 e, posteriormente, por e-mail durante o mês de março de 2014. Após conferência e tabulação, chegou-se aos 624 respondentes que compuseram a amostra total dos filiados petistas (PALUDO, 2017).

Feito isso, Paludo (2017) descreveu o perfil sociodemográfico e aspectos relativos à cultura e comportamento dos filiados para testar estatisticamente a validade empírica do recorte de pesquisa (destacada no capítulo anterior). Assim, à medida em que se constatou indiferenças entre os filiados às duas primeiras fases do petismo, o referido autor integrou e dividiu a amostra entre os “velhos” (aqueles filiados entre 1980 e 2002), e os “novos” (aqueles filiados entre 2003 e 2014).

À presente dissertação interessa o perfil sociodemográfico dos velhos, novos e dos filiados em geral. De maneira resumida, o petista médio reúne as seguintes características: a maioria é de homens, brancos, com idade entre 45 e 60 anos, residentes no Sudeste; além disso, em comparação à população brasileira, os filiados petistas seriam mais escolarizados, pois 84% da amostra respondeu ter alta escolaridade e, ademais, 26,2% dos membros afirmaram ter rendimentos mensais entre 5 até 10 salários mínimos (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

No que se refere aos velhos e novos filiados, não há significativas distinções quanto às características sociodemográficas, embora se faça necessário destacar o aumento, na proporção e em números absolutos, de mulheres filiadas, em comparação aos homens, após 2003. Além disso, embora a maioria dos filiados se concentre na região Sudeste, após o governo Lula o partido atraiu uma maior quantidade de novos membros no Nordeste.

Deste modo, a principal diferença entre os perfis talvez resida nas formas de recrutamento partidário, ou seja, as motivações para o engajamento: enquanto os velhos formalizaram vínculos pelo “ideário petista” com simultânea participação em movimentos sociais que compuseram o partido, os novos filiaram-se após a institucionalização do PT e a aprovação dos governos petistas (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Diante deste cenário, buscou-se responder a primeira questão colocada nesta dissertação, a saber: Em quais atividades partidárias atuam os filiados petistas? Nesse sentido, a tabela abaixo expõe as modalidades de participação política acionadas pelos filiados no partido.

Tabela 1. Atividades partidárias mobilizadas pelos filiados petistas

Participou de campanha estadual e nacional	65,3%
Participou de campanha municipal	65,1%
Participou de reuniões	55,7%
Assinou abaixo-assinados	44,2%
Distribuiu panfletos	39,8%
Realizou contatos sociais com políticos do PT	35%
Ajudou na fiscalização das eleições	31%
Doou dinheiro para partido e campanhas	24%
Ajudou na organização do partido	23,8%
Desenvolveu outras atividades	16,3%

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Os dados da tabela indicam que os filiados petistas atuam de maneira recorrente nas atividades relacionadas ao período eleitoral: independentemente do nível da eleição (se nacional, estadual ou municipal) há expressiva atuação dos petistas próximas a 65%. Na mesma direção, a maioria dos filiados participam de reuniões do partido, enquanto as demais atividades são desenvolvidas pela minoria dos membros. Por outro lado, a organização partidária, responsável pela singularidade petista como principal ator no sistema partidário nacional (SINGER, 2000), destacou-se como atividade com menor engajamento dos filiados.

Em relação às demais atividades, majoritariamente demandam baixo custo e complexidade para mobilização (MILBRATH, 1965; BARNES; KAASE, 1979), de modo que os dados apontam o foco central dos filiados petistas nas disputas eleitorais, em detrimento a própria organização do partido. Em alguma medida, contudo, tal informação pode ser matizada pelo fato de as atividades de campanha mobilizarem mais indivíduos em comparação a gestão partidária (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; PALUDO, 2017).

Desta forma, em partes, responde-se a primeira pergunta colocada neste capítulo: os

filiados petistas estão engajados em atividades relacionadas ao período eleitoral em detrimento àquelas típicas da organização partidária (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011). Nesse sentido, uma explicação plausível deste processo remete às escolhas das lideranças partidárias durante o período Campo Majoritário (1995 – 2005), uma vez que, como descreveu-se no capítulo anterior, a constante burocratização da estrutura partidária levaria o partido a prescindir do trabalho dos filiados, à exceção do período eleitoral, em razão dos elevados recursos humanos demandados na campanha política. Contudo, como indicou Panebianco (2005), os partidos dependem da participação dos membros, e a obtêm por meio da oferta de benefícios coletivos ou seletivos intrínsecos a filiação. O PT encontraria no PED este mecanismo, ao conceder o direito de escolha de lideranças partidárias a todos os membros em dia com sua contribuição (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011).

A respeito deste cenário, destaca-se o trabalho de Ribeiro (2010), que classificou este processo como a “pá-de-cal” na lógica partidária baseada em encontros de todos os níveis para escolha das lideranças do partido, uma vez que estimulavam a participação ativa dos filiados em tendências internas. Nesse sentido, o voto atribuiu poder ao membro avulso a sufragar as elites partidárias com maior capital político, no caso específico do campo majoritário, o que formalizou o processo de oligarquização petista.

Por outro lado, Amaral (2011) considerou este processo democrático, pelo simples motivo de atribuir o direito de voto aos filiados. Além disso, sustentou que a diminuição da participação interna dos delegados petistas relacionou-se ao conflito de agenda destas lideranças durante os mandatos presidenciais de Lula, na medida que, simultaneamente, desempenhavam cargos institucionais em Brasília, atividades partidárias e militância nos movimentos sociais.

Visto como atuam os filiados nas atividades partidárias, o passo seguinte é visualizar como participam nas atividades sociais. Para tanto, introduz-se a tabela a seguir, em que se indica os vínculos associativos dos membros em perspectiva temporal e contribui também à análise da relação entre organização partidária e sociedade civil e as formas de recrutamento partidário.

A tabela 2 está disposta da seguinte maneira: as linhas representam os vínculos sociais, enquanto as colunas expõem a temporalidade da militância. Assim, na primeira coluna com percentuais (%) se encontram aqueles filiados engajados anteriormente em organizações, e que durante sua trajetória buscaram a filiação ao partido e depois cessaram os vínculos societários; a segunda coluna de dados apresenta os percentuais de filiados com vínculos

anteriores ao seu relacionamento com o PT e que atualmente atuam associativamente e são filiados; enquanto a última coluna traz informações sobre aqueles vínculos estabelecidos após sua filiação.

Tabela 2. Atividades e vínculos sociais mobilizadas pelos filiados petistas

	Anteriores Finalizados	Anteriores e atuais	Posteriores e atuais
Movimentos sociais	27,2 %	33,1 %	20,6 %
Sindicato	20,3 %	24,6 %	14,7 %
Associação comunitária	15,7 %	25,6 %	8,5 %
Igreja	19,7 %	26,6 %	5,1 %
Movimento ambiental	7,0 %	23,2 %	9,0 %
Movimento LGBT	2,2 %	24,0 %	6,6 %
Movimento Estudantil	33,3 %	15,4 %	5,4 %
Movimento de Mulheres	5,1 %	23,2 %	14,1 %
Outros	8,6 %	18,7 %	13,8 %

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

De maneira geral, podemos inferir que a maioria dos petistas possuía vínculos com movimentos que participaram da constituição histórica da legenda, uma vez que, somando aqueles que possuíam vínculos e se afastaram de organizações com aqueles que possuíam vínculos e permanecem associados, verificamos que o ingresso ao PT se relaciona principalmente com vínculos aos movimentos sociais, sindicatos e igreja (MENGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; PALUDO, 2017).

Considerando as mesmas colunas de resultados, indica-se que a maioria daqueles que possuíam vínculos associativos anteriores a filiação ao partido mantiveram tal condição, ainda que parcela considerável tenha se afastado do associativismo. Por outro lado, a diminuição daqueles membros recrutados dos movimentos estudantis está relacionada a condição etária ou ciclo de vida dos indivíduos (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

A análise das duas últimas colunas, que apresentam aqueles filiados que mantêm os vínculos anteriores à filiação e aqueles que estabeleceram vínculos posteriores, demonstra que houve redução no percentual atual de associados com vínculos tradicionais (setores progressistas da igreja, sindicatos, associações comunitárias, movimentos sociais e movimentos estudantis), ainda que movimentos sociais correspondem ao maior vínculo atual dos filiados (53,7%).

Em comparação entre a primeira e a terceira coluna de resultados, destaca-se que os vínculos crescentes entre os petistas estão relacionados às temáticas pós-materialistas ou às pautas dos novos movimentos sociais: o ambientalismo, o direito das comunidades LGBT e

direito das mulheres. Diante deste cenário, houve alterações dos componentes da base de filiados do PT, com a redução do associativismo tradicional, e fortalecimento, ainda que relativamente pequeno até o momento, de grupos com pautas dos novos movimentos sociais.

Diante deste cenário, respondeu-se como atuam os filiados petistas, tanto nas atividades partidárias quanto sociais, e procurou-se encontrar paralelos na literatura para sustentar os achados. Nesse sentido, destacou-se a alteração (imposta de cima para baixo) na lógica de funcionamento entre a organização partidária e a base de filiados petistas, modificando a natureza dos vínculos intrapartidários e sociais do partido.

Segundo Ribeiro (2010) e Amaral (2011) o resultado deste processo foi a troca da qualidade da militância partidária pela quantidade de filiados que, uma vez aliada ao fenômeno do lulismo, alterou o perfil do petista médio destacado anteriormente (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1991; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; SINGER, 2012; PALUDO, 2017). Fenômeno análogo, ainda que em menor medida, ocorreu em relação aos setores sociais ligados ao partido, de modo que grupos históricos pautados na clivagem do capital-trabalho aos poucos cederam espaço às pautas identitárias, como evidenciado na tabela 2.

4.2 COMO ATUAM OS VELHOS E NOVOS PETISTAS NAS ATIVIDADES PARTIDÁRIAS E SOCIAIS?

Avança-se à segunda pergunta colocada na introdução desta dissertação, a saber, como atuam os velhos e novos petistas nas atividades sociais e partidárias? A expectativa é entender o comportamento e a relação entre os membros em diálogo com estudos sobre organização partidária, na medida em que Ribeiro (2010) e Amaral (2011) destacaram a variável “tempo de filiação” como importante recurso de poder interno no partido entre os delegados e, por outro lado, tal indicador também influenciaria na intensidade de participação dos filiados petistas (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Nesse sentido, a tabela abaixo está organizada da seguinte maneira: nas linhas se encontram as atividades intrapartidárias, enquanto nas colunas expõe-se primeiro a porcentagem (%) de engajamento de “novos” e “velhos” membros separadamente, e, na sequência, os valores da associação Tau b e os níveis de significância de cada teste²⁵. Neste

²⁵ Mobiliza-se o teste Tau b para mensurar a associação de variáveis ordinais, com o objetivo de identificar a existência ou não de diferença no comportamento entre os grupos e seu ordenamento entre as

caso, consideramos para filiados os valores de 0 para velhos e 1 para novos, enquanto para as atividades 0 representou a ausência de participação e 1 o engajamento dos filiados em cada modalidade²⁶.

Tabela 3. Frequência de atividades partidárias desempenhadas pelos velhos e novos petistas

Atividades	Velhos filiados (%)	Novos filiados (%)	Tau b	Sig
Fiscalização do partido	16,8	13,4	-,154	,000
Organização do partido	12,7	11,4	-,106	,009
Assinar abaixo-assinado	20,1	23,3	-,041	,315
Participar de campanhas em geral	25,7	29,1	-,167	,000
Distribuir panfletos	20,1	18,8	-,124	,002
Doar dinheiro ao partido	12,0	11,2	-,086	,035
Participar de reuniões	25,7	29,1	-,065	,106
Participar de campanhas municipais	30,8	34,8	-,078	,052
Contatos sociais com políticos do PT	18,5	16,5	-,129	,001

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Com relação a atividade de fiscalização das atividades partidárias, o nível de significância autoriza destacar a diferenciação no envolvimento entre os novos e velhos filiados nesta referida modalidade. Nesse sentido, o sinal negativo do Tau b indica que os membros a mais tempo formalmente associados ao PT desempenham mais funções fiscalizadoras, em comparação aos novos filiados. Resultado semelhante foi encontrado para praticamente todas as demais atividades, com destaque à organização do partido, participação em campanhas em geral, distribuição de panfletos, doação de dinheiro ao partido e contatos sociais com políticos do PT. Dada a proximidade da significância, é possível analisarmos também a participação em campanhas municipais como sendo desenvolvida mais recorrentemente por filiados a mais tempo no partido, ainda que todas as associações tenham retornado valores baixos.

Encontramos resultados distintos para assinatura de abaixo-assinado, participação em reuniões partidárias e doação de dinheiro ao partido, visto que não houve significância estatística nos testes. Nesse sentido, não há relação entre a atuação e o tempo de filiação em

categorias. Considerou-se o nível de significância ,050 como aceitável, no sentido de ser representativo para a população investigada (BARBETTA, 2012).

²⁶ A despeito da potencial colinearidade entre as variáveis “perfil/tempo de filiação” e “faixa etária”, testes realizados por Paludo (2017) e retomados ao longo da construção desta pesquisa identificaram fraco relacionamento entre as variáveis, especialmente por conta da distribuição dos filiados ao partido após a vitória eleitoral de 2002. Por conta de tal resultado, não tratamos aspectos etários como controles nas análises descritivas.

razão da relativa distribuição homogênea entre os velhos e novos filiados quanto ao envolvimento em tais funções partidárias.

Um primeiro achado que chama a atenção, à luz da literatura apresentada nesta dissertação, é a atuação dos velhos filiados em todas as atividades partidárias e não somente entre as centrais ao partido, como a fiscalização e organização do partido, participação em campanhas eleitorais, distribuição de panfletos e contatos sociais com políticos petistas, pois exigem elevada mobilização de recursos para a sua execução. Assim, como sugere Ribeiro (2010) o processo de profissionalização da base partidária levou os dirigentes petistas a substituírem os recursos humanos dos filiados pelo serviço especializado dos burocratas, reduzindo o papel do membro na estrutura partidária

Embora a distribuição de panfletos seja considerada uma atividade de baixa intensidade e custo de execução (WHITELEY, 2011), ocorre prevalência dos velhos filiados engajados, como também, na fiscalização de atividades partidárias. Assim, o tempo de filiação implicou a distinção nas atividades mobilizadas entre os filiados. Além disso, os padrões encontrados de elevado ativismo entre os velhos petistas, em alguma medida, dialogam com os achados de Ribeiro (2010), ao indicarem o tempo de filiação como um importante recurso de poder para ascensão dos filiados na estrutura do partido, visto que a maioria dos quadros intermediários da estrutura do partido (que exigem alta intensidade de participação) seriam ocupados por petistas históricos (filiados entre 1980 e 2002).

Outro dado importante a destacar é a participação dos velhos filiados nas atividades relacionadas à organização partidária. De acordo com Singer (2000), tal atividade é responsável pela manutenção do partido enquanto espinha dorsal do sistema partidário brasileiro. Nesse sentido, os resultados sugerem que os velhos petistas não só coordenam como também desempenham mais as atividades relacionadas com o ambiente partidário.

Com relação às atividades em que houve ausência de significância, vale destacar a participação nas reuniões partidárias pelo elevado número de respostas positivas, tanto dos velhos como dos novos filiados, assim como assinatura de abaixo-assinado, indicativo de que, grosso modo, o baixo custo para o ativismo nas atividades destacadas seria uma possível explicação para o elevado engajamento.

Esses resultados indicam que o tempo e contexto de filiação influenciam o engajamento dos filiados nas atividades intrapartidárias. Diante deste cenário, baseado nos dados descritos na tabela anterior respondeu-se, em parte, a segunda pergunta levantada neste capítulo, na medida em que os velhos filiados atuam na maioria das atividades partidárias.

Apontado como atuam os velhos e novos petistas entre as atividades partidárias, a seguir, empregou-se um exercício semelhante, discutindo a relação entre a participação dos velhos e dos novos filiados nas atividades sociais. Em seguida, expos-se a tabela 4, onde utilizou-se os mesmos critérios de organização dos dados, de codificação das variáveis, e a explicação da lógica do Tau b e o nível de significância dos testes estatísticos, como encontrados na tabela 3.

Tabela 4. Frequência de atividades sociais desempenhadas pelos velhos e novos petistas

Atividades	Novos Filiados (%)	Velhos Filiados (%)	Tau b	Sig
Participação em organização e movimentos	30,7	23,2	,025	,530
Participação em sindicato	24,0	15,0	,092	,021
Participação em ação comunitária	20,9	12,8	,088	,028
Participação em igreja	18,3	13,1	,032	,431
Participação em movimento ambiental	18,0	13,8	,007	,871
Participação em movimento LGBT	18,3	11,7	,068	,089
Participação de movimento estudantil	14,6	5,6	,163	,000
Participação de movimento de mulheres	22,1	13,1	,088	,027
Participação em outros movimentos	19,5	13,2	,053	,187

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Aqui, destacam-se dois aspectos diversos: a menor recorrência de significância e a predominância de novos filiados em algumas atividades. No que se refere a participação em sindicatos, na ação comunitária e em movimentos estudantis e de mulheres, o nível de significância estatística permite indicar a distinção no desempenho entre os velhos e os novos filiados no sentido que os petistas a menos tempo formalmente filiados ao partido atuam mais nas estruturas dessas instituições. Em contrapartida, para a maioria das modalidades testadas não há diferenciação, o que permite inferir a existência de uma distribuição aproximada entre os perfis de petistas no engajamento em organizações e movimentos, igrejas e movimentos ambientais e LGBTs.

Baseado na literatura apresentada nesta dissertação, destaca-se como primeiro resultado para a participação social dos filiados petistas o maior engajamento dos novos filiados na estrutura sindical. Esse resultado não surpreende, pois, o novo sindicalismo participou da constituição histórica do partido, e, embora tenha perdido forças durante a década de 1990, uma grande quantidade de filiados petistas ainda mantêm vínculos associativos com o movimento, como indicado na tabela 2. Em trabalho recente sobre o recrutamento partidário, Ribeiro e Amaral (2020) reforçam a importância do sindicalismo ao

petismo, na medida em que 24% dos petistas filiaram-se ao partido estimulados pelo movimento sindical.

A maior atuação de novos petistas em atividades comunitárias, em partes, se dá pela influência de setores progressistas do catolicismo na constituição do partido, sobretudo aqueles ligados as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Nesses espaços, os militantes da esquerda e os voluntários da Igreja Católica realizavam trabalhos comunitários e se reconheciam como agentes políticos autônomos portadores de direitos perante o Estado. Inclusive, a lógica de atuação baseada em incentivos coletivos ainda prevalece no partido e, apesar do crescimento de adeptos evangélicos, o catolicismo é predominante entre os petistas.

Com relação à maior participação de novos filiados no movimento estudantil, justificase tal condição pelo ciclo de vida e idade dos indivíduos. Por fim, o maior engajamento de novas (os) filiadas (os) no movimento de mulheres se deve a ligação histórica entre o movimento de mulheres e o partido (RIBEIRO, 2010; AYRES, 2018).

Diante deste cenário, os velhos petistas atuam majoritariamente entre as atividades partidárias, enquanto os novos petistas desempenham atividades sociais. Assim, os velhos petistas seriam o núcleo duro, responsável pelo funcionamento do partido, enquanto os novos petistas seriam menos ativos internamente e buscariam outros canais de participação política. Dito de outra maneira, os vínculos dos velhos filiados seguem uma lógica mais tradicional e relacionada à sua militância (o trabalho pela base, comunhão ideológica e justiça social), enquanto os novos petistas adotam uma estratégia de atuação relacionada ao contexto mais favorável ao engajamento social diante da ascensão do PT ao Governo Federal.

4.3 QUANTO PARTICIPAM OS PETISTAS?

Descritas as atividades partidárias e sociais desempenhadas pelos filiados, e indicada a relação estatística entre a sua participação e o tempo de filiação, é pertinente analisar se os petistas mobilizam “repertórios de ação política” (BARNES; KAASE, 1979; BORBA, 2012). Para tanto, busca-se nesta seção responder a terceira pergunta levantada na introdução desta dissertação, para conhecermos o quanto esses indivíduos participam.

Para realizar tal tarefa, apresenta-se na tabela a seguir o teste de análise fatorial com a finalidade de verificar a relação entre as modalidades de participação, tendo em vista a possibilidade de simplificar os dados em fatores comuns, sumarizando o seu conjunto. A redução das variáveis em menos componentes tem o objetivo de identificar a estrutura em comum às respostas dadas pelos filiados entrevistados às distintas perguntas. Em outras

palavras, significa que buscamos verificar se os indivíduos que desenvolvem determinadas atividades também participam de outras. Com relação ao valor das cargas fatoriais, estas variam a depender do tamanho da amostra, de modo que não há consenso sobre o nível de significância. Para esta dissertação, consideram-se expressivas as cargas fatoriais iguais ou acima de 0,50, a exemplo do critério adotado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

Em conjunto à realização de análises fatoriais buscamos também comprovar o relacionamento entre as variáveis por meio do teste que autoriza a redução de diversas medidas a um único indicador. O *Alpha* de *Cronbach* estima a validade da amostra para a população estudada e considera o nível de significância 0,50 como aceitável e representativo (BARBETTA, 2012).

Isto posto, apresentamos primeiramente os resultados referentes às atividades partidárias desenvolvidas pelos filiados ao PT, considerando o conjunto total de membros. Nesse sentido, organizou-se a tabela da seguinte forma: foram preenchidas as linhas com as atividades intrapartidárias e a coluna com o perfil – de todos os membros petistas. A última linha da tabela expõe os valores encontrados para o teste *Alpha*.²⁷

Tabela 5. Análise fatorial para atividades partidárias

Atividades	Carga
Campanha municipal	0,729
Campanha nacional e estadual	0,682
Participou das reuniões	0,687
Assinou abaixo-assinados	0,749
Distribuiu panfletos	0,769
Contatos sociais com políticos do PT	0,615
Ajudou na fiscalização das eleições	0,678
Doou dinheiro para partido e campanhas	0,653
Ajudou na organização do partido	0,541
Alpha	0,855

Notas: Extração por análise de Componentes Principais, com rotação Varimax e normalização Kaiser.

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Em primeiro lugar, cabe destacar que os valores do *Alpha* acima de 0,50 validam a confiabilidade do resultado para estes grupos estudados e são expressivos, com valores

²⁷ Foi rodado o teste de análise fatorial em separado para os três perfis distintos de filiados petistas (em geral, velhos e novos) na medida em que os valores foram praticamente os idênticos para todos os grupos, optou-se por não replicar estes vários testes. Nesse sentido, utilizou-se a análise fatorial em conjunto com o teste Alpha para se justificar a criação de índices. Por se tratar de variáveis dicotômicas, utilizou-se correlação tetracórica, conforme indicação de Matos e Rodrigues (2019).

elevados e semelhantes, o que indica que é possível reduzir o conjunto de modalidades partidárias analisadas em um único grupo, o Índice de Participação Partidária (IPP).

Com relação à análise fatorial, os valores das cargas fatoriais para todas as atividades entre o grupo indicam que existe homogeneidade no desenvolvimento dessas atividades entre os petistas, ou seja, aqueles que se envolvem com as atividades internas ao partido tendem, majoritariamente, ao engajamento em múltiplas atividades, quando analisamos os filiados em geral. As cargas fatoriais, inclusive, carregaram valores próximos para todas as atividades entre o conjunto de dados, à exceção da ajuda na organização das atividades do partido.

A seguir, expõe-se a tabela 6, que se utilizou dos critérios da tabela anterior para a organização e o emprego da técnica de análise fatorial entre modalidades de participação social. Assim, buscou-se verificar a possibilidade de simplificar o ativismo social dos filiados petistas em um conjunto de atuações em comum, de modo que procurou-se analisar se os petistas possuem uma agenda restrita ou compartilhada de engajamento em movimentos sociais.

Tabela 6. Análise fatorial para atividades sociais

Atividades	Carga
Participação em organização e movimento	,523
Participação em sindicato	,654
Participação em associação comunitária	,741
Participação em movimento em igreja	,699
Participação em movimento ambientalista	,814
Participação em movimento LGBT	,847
Participação em movimento estudantil	,684
Participação em movimento de mulheres	,785
Participação em outros movimentos	,461
Alpha	,862

Notas: Extração por análise de componentes principais, com rotação Varimax e normalização Kaiser.

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Destaca-se inicialmente o valor do *Alpha* ,862, muito acima do considerado aceitável por Barbetta (2012). Tal resultado, desta forma, valida a confiabilidade da análise para o grupo estudado e autoriza a diminuição do conjunto de atividades sociais em um único bloco, o Índice de Participação Social (IPS).

A respeito do teste de análise fatorial, os elevados valores das cargas fatoriais na maioria das atividades, com a exceção da participação em outros movimentos, revelam a semelhança na atuação dos petistas entre as atividades sociais, isto é, em sua maioria, os filiados envolvidos nas atividades externas ao partido compartilham uma agenda de

multimilitantismo. Aliás, os valores das cargas fatoriais são similares para o conjunto de dados apresentados acima, exceto para participação em outros movimentos²⁸.

Em vista de identificar o perfil dos filiados petistas que atuam nas atividades partidárias e sociais, criou-se o Índice de Participação Partidária (IPP) e o Índice de Participação Social (IPS) possíveis por conta dos valores do teste *Alpha*. Nesse sentido, somou-se todas as atividades partidárias (contidas na tabela 1) e sociais (expostas na tabela 2). O somatório das variáveis binárias (valores entre 0 e 1) resultou em escalas de 10 pontos referente a quantidade de atividades mobilizadas (entre 0 e 9). Na sequência, apresenta-se as tabelas com os índices de participação partidária e social e as frequências de atuação dos filiados petistas em tais atividades respectivamente.

Tabela 7. Índice de Participação Partidária (IPP)

Número atividades	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
0	68	10,8	10,8
1,00	130	20,8	31,6
2,00	61	9,7	41,4
3,00	54	8,6	50,0
4,00	57	9,1	59,2
5,00	55	8,8	68,0
6,00	57	9,1	77,1
7,00	50	8,0	85,1
8,00	46	7,3	92,4
9,00	47	7,5	100
Total	625	100	

N = 625

Média = 3,84

Moda = 1,00

Desvio = 2,88

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Com relação aos dados dispostos na tabela 7, destaca-se em primeiro lugar a quantidade de filiados que não atua em nenhuma atividade (10,8%). Além disso, uma quantidade razoável de petistas (20,8%) se engaja em somente uma modalidade de participação partidária, portanto, aproximadamente um terço de filiados desempenham uma ou nenhuma atividade partidária, enquanto que, por outro lado, 68,3% desenvolvem ao menos duas atividades.

²⁸ Para ambos os índices, separamos o banco de dados entre velhos e novos petistas, de modo que tanto as análises fatoriais quanto o Alpha de Cronbach retornaram resultados muito próximos destes apresentados (gerais para a população analisada), de modo que optou-se por considerar a amostra em sua totalidade nos testes realizados nesta e na próxima seção deste capítulo.

Deste modo, destaca-se o elevado engajamento intrapartidário petista, uma vez que, em média, cada filiado desempenha 3,84 atividades distintas no partido. Este resultado, inclusive, superaria o ativismo partidário em democracias consolidadas, em estudo comparativo, Van Haute e Gauja (2015) encontraram uma média de 3,38 atividades desenvolvidas pelos filiados em tal contexto.

Ainda de modo comparativo, pode-se inferir que o elevado engajamento dos petistas entre as atividades partidárias, em partes, contraria o diagnóstico da queda do ativismo partidário em prol da atuação em movimentos mais horizontalizados, menos onerosos, principalmente no contexto de democracias industriais (WHITELEY; SEYD, 2002; DELLA PORTA, 2003; NORRIS, 2007; SCARROW, 2007; WHITELEY, 2011).

Tabela 8. Índice de Participação Social (IPS)

Número atividades	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
0	122	19,5	19,5
1,00	124	19,8	39,4
2,00	95	15,2	54,6
3,00	72	11,5	66,1
4,00	42	6,7	72,8
5,00	23	3,7	76,5
6,00	26	4,2	80,6
7,00	30	4,8	85,4
8,00	47	7,5	93
9,00	44	7	100
Total	625	100	

N = 625

Média = 3,12

Moda = 1,00

Desvio = 2,91

Fonte: *Survey* de Paludo (2014)

Já com relação aos dados dispostos na tabela 8, chama a atenção a quantidade de filiados petistas não engajados em nenhuma atividade social (19,5%). Outro resultado a ser considerado é a quantidade de filiados envolvidos em apenas uma atividade social, aproximadamente (19,8%). Diante deste cenário, 39,4% não atuam ou tem baixa atuação social. Por outro lado, 60,6% dos filiados desempenham duas ou mais atividades externas ao partido e, em média, cada membro do grupo executa 3,12 atividades sociais diferentes.

Em vista disso, os resultados apontam também a existência de múltiplo engajamento dos petistas nas atividades sociais, confirmando, em partes, o aumento do ativismo entre as modalidades não tradicionais de participação, menos verticalizadas e custosas, no contexto de jovens democracias como a brasileira (WHITELEY; SEYD, 2002; DELLA PORTA, 2003;

WHITELEY; 2011; RIBEIRO; BORBA, 2015; GIMENES, 2017a). Além disso, caso se considere atuação dos filiados em modalidades de participação social como indicador, os dados sugerem existir um forte elo entre o partido e a sociedade civil.

Os resultados encontrados para o índice de participação partidária e índice de participação social, sugerem expressivo engajamento entre os filiados, e, além disso, a mobilização de repertórios de participação política em cada bloco de atividades (social e partidária), de modo que manifestou-se, em média, mais engajamento em atividades intrapartidárias do que entre as modalidades sociais pesquisadas. Nesse sentido, o passo seguinte consiste em verificar se os filiados petistas combinam modalidades de atuação associativas e partidárias.

4.4 OS FILIADOS PETISTAS COMBINAM MODALIDADES DE ATUAÇÃO PARTIDÁRIAS E SOCIAIS?

Destacado os passos da criação do IPP e IPS e descritos seus resultados, buscou-se testar as variáveis preditoras e explicativas da participação dos filiados petistas entre as atividades partidárias e sociais. Nesse sentido, mobilizou-se quatro variáveis como controles - escolaridade, faixa etária, renda e sexo - e duas variáveis explicativas - tempo de filiação e, para cada modelo, o outro índice acima exposto.

Com relação a primeira variável do modelo, a escolaridade, destaca-se a singularidade do perfil sociodemográfico em questão, uma vez que trata-se de um grupo restrito da população, com elevados recursos sociais, políticos e econômicos, dentre estes, a escolaridade. Nesse sentido, a sua inclusão decorre em função da distribuição desigual dos recursos econômicos entre a população, e da sua centralidade na explicação do comportamento político, por ser um atributo essencial para o engajamento político dos cidadãos. Além disso, seria uma dentre as características destacadas pela teoria do voluntarismo cívico responsáveis pelo acúmulo de habilidades durante o processo de socialização dos indivíduos (MILBRATH, 1965; VERBA; SCHLOZMAN; VERBA, 1995; PUTNAM, 2003; RIBEIRO, 2014; GIMENES, 2017a; PALUDO, 2017). Baseado na literatura, a qual indica o elevado nível de escolaridade do filiado petista, realizou-se a dicotomização da variável, antes distribuída entre doze faixas: (0) “Nunca fui a escola”, (1) “1ª e 3ª série primário incompleto”, (2) “5ª a 7ª ginásio completo”, (3) “4ª série completo”, (4) “8ª série completo”, (5) “2ª grau médio incompleto”, (6) “2ª grau médio completo”, (7) “superior incompleto”, (8) “superior completo”, (9) “especialização completa ou incompleta”,

(10) “mestrado incompleto ou completo”, (11) “doutorado completo ou incompleto”, e (99) Não Respondeu (NR). Todas essas variáveis foram reduzidas entre: “até Ensino Médio Completo” (1) e “Curso Superior” (2).

Incluiu-se a variável “idade” respaldado no processo de socialização e no ciclo de militância dos filiados petistas. Sendo assim, considerando a literatura do comportamento político, os indivíduos, em sua maioria, alteram suas crenças políticas (dentre estas a partidária) somente entre as duas primeiras décadas de socialização. Na mesma linha de raciocínio, uma vez cristalizada a crença política, dificilmente esta se modifica. Por outro lado, a recorrência de participação em pleitos eleitorais estimularia o partidarismo entre os cidadãos, pelo acúmulo de experiências políticas partidárias ao longo de sua vida. A partir desta discussão teórica, utilizou-se a variável “idade” em faixas etárias, na medida em que os ciclos de vida dos filiados implicam (ou não) alteração nos processos de socialização e repertórios de ação política mobilizados por estes. Nesse sentido, modificou-se as faixas encontradas em Paludo (2017) e optou-se por integrar as duas faixas etárias centrais: os filiados entre 30 e 45 anos de idade com aqueles entre 46 e 59. Como destacou-se acima, apoiado na literatura sobre intensidade de participação, acredita-se que quanto mais velho, menor a quantidade de atividades mobilizadas pelos filiados, em função da sua fase e trajetória de militância (GIMENES, 2017a; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018). Então, recodificou-se as variáveis da seguinte forma: (1) “Até 29 anos”, (2) “de 30 a 59 anos” e (3) “60 anos ou mais”²⁹.

Acerca da variável “renda”, indicou-se no início do presente capítulo o elevado perfil socioeconômico dos partidários e filiados petistas em comparação a média da população brasileira. Assim, como destacou-se na explicação da escolaridade, os membros petistas seriam um grupo singular por possuírem elevada renda mensal. Inclusive, tais características são utilizadas como *proxy* pela literatura em razão desta última variável traduzir recursos materiais e intelectuais. Neste cenário, a renda deveria atuar como um forte preditor estimulante da participação em atividades intrapartidárias (RIBEIRO, 2014; RIBEIRO; BORBA, 2015; GIMENES, 2017a, PALUDO, 2017). Desse modo, variáveis antes distribuídas entre as “Não Respostas” (NR) e (0) “Não Respondeu”, (1) “até 1 Salário Mínimo” (SM), (2) “Mais de R\$678,00 até R\$1.356,00”, (3) “Mais de 1.356,00 até 2,710,00”, (4) “Mais de R\$2.710,00 até R\$6.780,00”, (5) “Mais de R\$6.780,00 até 13.560,00”, (6) “Mais de 13.560,00”, (7) “Não tive renda”, (8) “Não sabe” e (9) “Não quero informar”, foram

²⁹ No que tange à discussão sobre ciclos de vida enquanto perspectiva analítica rival, foram estabelecidas considerações no fim da seção 2.1.

recodificadas da seguinte maneira: (0) “Não tem renda”, (1) “Até 1 SM”, (2) “1 a 2 SM”, (3) “2 a 5 SM”, (4) “5 a 10 SM”, (5) “10 a 20 SM”, (6) “Mais 20 SM”.

A despeito da última variável de controle, “sexo”, destaca-se a desigualdade política entre os homens e as mulheres. Com relação a participação partidária, a principal barreira impeditiva da participação das mulheres é a conciliação do trabalho doméstico com a ocupação profissional (caso não tenha carreira política) e o engajamento partidário, tornando a participação feminina muito mais custosa. A sub-representação das mulheres no ambiente político e público significa um *déficit* na qualidade do regime democrático. Por conseguinte, tomou-se o sexo masculino como grupo de referência nas análises que se seguem, visto que as desigualdades estruturais privilegiam os homens e constroem a atuação política de mulheres (WHITELEY; SEYD, 2002; RIBEIRO, 2010; RIBEIRO, 2011; GIMENES, 2017a, AYRES, 2018). Logo, manteve-se a variável como no banco de dados: (1) “Masculino” e (0) “Feminino”.

No que se refere a variável explicativa “tempo de filiação”, espera-se que o velho petista atue mais em atividades centrais da organização em comparação ao novo petista, em razão de tratar-se de um valioso recurso de poder nas relações partidárias, e também, um importante filtro para ocupação de posições estratégicas (RIBEIRO, 2014). Além disso, utiliza-se tal variável baseado no critério de Paludo (2017), a saber, o ano de formalização da filiação, se anterior ou posterior ao primeiro mandato petista no Governo Federal. Deste modo, se faz necessário pontuar a diferença entre a trajetória do velho e do novo filiado petista, enquanto o primeiro perfil filiou-se ao partido no contexto da luta pela redemocratização e conciliou uma agenda de multimilitantismo, o novo petista vinculou-se com o partido na Presidência e sustentou uma agenda mais restrita à institucionalidade (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018). Isto posto, incluiu-se a variável “Tempo de Filiação” no modelo de regressão, tendo como o grupo de referência os “Velhos Filiados” (0) que formalizaram os vínculos partidários entre (1980 e 2002) enquanto os “Novos Filiados” (1) buscaram os vínculos partidários entre (2003 e 2014).

De maneira resumida, as informações a respeito das codificações das variáveis incluídas nos modelos de regressão linear relativos à participação partidária e social se encontram no Quadro 1³⁰.

³⁰ IPP e IPS foram descritos na seção anterior.

Quadro 1. Condicionantes individuais da participação dos filiados ao PT

Variável	Codificação
Índice de Participação Partidária	
Índice de Participação Social	
Níveis de Escolaridade	1 = "Ensino Médio Completo". 2 = "Curso Superior".
Idade (faixas etárias)	1 = "Até 29 anos". 2 = "30 a 59 anos". 3 = "60 anos ou mais".
Renda Familiar (faixas de renda)	0 = "Não tem renda". 1 = "Até 1 SM". 2 = "1 a 2 SM". 3 = "2 a 5 SM". 4 = "5 a 10 SM". 5 = "10 a 20 SM". 6 = "Mais 20 SM".
Sexo	0 = "Feminino". 1 = "Masculino".
Tempo de Filiação	0 = "Velhos". 1 = "Novos".

Fonte: O autor (2020)

Justificadas teoricamente as escolhas e apresentadas as recodificações das variáveis, o passo seguinte é a apresentação do modelo de Regressão Linear, com o objetivo de analisar o impacto das variáveis sociodemográficas (sexo, renda familiar, faixa etária, tempo de filiação e escolaridade) na atuação partidária e social dos filiados petistas. Nesse sentido, entre as colunas, colocou-se os preditores, os valores do Beta e significância estatística de cada cruzamento do modelo.

Os dois modelos de regressão, partidária e social, dispostos respectivamente nas tabelas 9 e 10, foram construídos com uma única variável independente e explicativa de diferenciação: IPP e IPS. Em cada modelo de regressão, o outro índice foi colocado como um possível preditor, tendo como justificativa que trata-se de uma tentativa de comprovar estatisticamente se os filiados petistas acionam repertórios de participação política. Dito isso, a seguir, apresenta-se os resultados do engajamento partidário e social, descrevendo-os em diálogo com a literatura apresentada nesta dissertação³¹.

Tabela 9. Modelo Linear para participação partidária com o IPS

Controles	Beta (Sig)
-----------	------------

³¹ Cabe destacar que foram construídos modelos de regressão sem a variável referente à faixa etária, com vistas a identificar especialmente o efeito do tempo de filiação sem tal controle. Os resultados – que se encontram anexos ao fim desta dissertação – apontam na mesma direção do teste de colinearidade, uma vez que demonstram que a idade tem fraca relação com o perfil de “velho” ou “novo” filiado, demonstrando que não se trata de sobreposição de efeitos.

Sexo	,078 (.055)
Renda Familiar	,013 (.774)
Níveis Escolaridade	,023 (.604)
Velhos e Novos filiados	-,190 (.000)
Idade	-,113 (.010)
IPS	,136 (.001)
R ² ajustado	,051
N = 625	
Fonte: <i>Survey</i> elaborado por Paludo (2014)	

Destaca-se como primeira variável preditora do modelo de regressão o tempo de filiação, cujo efeito negativo indica que novos filiados têm menor chance de se engajarem em múltiplas atividades intrapartidárias. Neste modelo, a idade obteve efeito semelhante, o que permite inferir que os mais velhos tendem à maior atuação em atividades relacionadas ao funcionamento do PT.

Os resultados descritos acima auxiliam no entendimento da lógica de atuação dos filiados petistas entre as atividades partidárias. Em primeiro lugar, o tempo de filiação influencia no número de atividades desenvolvidas pelos petistas, pois, em comparação com a tabela 3, onde constatou-se maior atuação dos velhos filiados em todas atividades intrapartidárias, na tabela 9 também se indicou o maior desempenho deste grupo nessas modalidades. Em conjunto e amparado na literatura desta dissertação, os dados sugerem a maior participação de velhos filiados entre as tarefas centrais do partido, exigentes de alta intensidade de participação. Assim, o tempo de filiação se constitui em valioso recurso e crivo para ocupação de cargos estratégicos na estrutura partidária, visto que em sua maioria, os delegados petistas são filiados históricos ao partido (RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Outro resultado passível de interpretação diz respeito às relações partidárias. Os velhos petistas controlam e articulam o funcionamento do partido, enquanto que, por sua vez, os novos petistas desempenham as funções secundárias, as quais auxiliam na construção de uma memória coletiva coerente com a bandeira partidária ao estimularem o contato face a face entre os membros, tornando a estrutura partidária um ambiente de intensa troca de experiências e aprendizado de militância, responsáveis pelo funcionamento do partido (WHITELEY; SEYD, 2002; RIBEIRO, 2010; AMARAL, 2011; PALUDO, 2017).

Quanto à participação social, engajar-se em movimentos sociais estimula o desenvolvimento de atividades intrapartidárias. Tal resultado indica a mobilização de repertórios de ação política por parte dos petistas, uma vez que o filiado atuante nos

movimentos sociais também se engaja no partido. Tal achado, interpretado a partir da literatura apresentada nesta dissertação, sugere a existência de um semelhante padrão de militância daquele encontrado em democracias consolidadas, em razão dos filiados petistas integrarem a participação em movimentos contestatórios e tradicionais durante a sua trajetória (BARNES; KAASE, 1979; PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Descritos os resultados da participação partidária dos membros petistas, a seguir, na tabela 10, adotou-se os mesmos critérios de organização e interpretação de dados para exposição do modelo de participação em movimentos sociais.

Tabela 10. Modelo Linear para participação em movimentos sociais com o IPP

Controles	Beta (Sig)
Sexo	,088 (.030)
Renda Familiar	-,015 (.740)
Níveis Escolaridade	,103 (.074)
Velhos e Novos filiados	,094 (.030)
Idade	-,075 (.086)
IPP	,136 (.001)
R ² ajustado	,047

N = 625

Fonte: *Survey* elaborado por Paludo (2014)

Para a atuação social dos filiados ao PT, o vínculo partidário apresenta efeito distinto daquele verificado no modelo anteriormente apresentado, uma vez que aqueles que formalizaram seu relacionamento com o partido a menos tempo têm maior envolvimento com movimentos sociais e outros grupos associativos. Em contrapartida, persiste o maior engajamento de pessoas com mais idade, o que indica que jovens filiados com faixas etárias elevadas devem ser os mais participativos socialmente³².

Sobre tais efeitos, não surpreende a maior participação dos novos filiados em movimentos sociais. Uma possível explicação baseada na literatura apresentada nesta dissertação se dá pela trajetória de militância dos indivíduos, os velhos petistas integrariam uma agenda de multimilitantismo, concentrando a atuação entre os movimentos mais influentes no partido. Por outro lado, os novos filiados se engajariam mais nas atividades partidárias, em um caminho mais restrito a institucionalidade, na medida em que formalizaram os vínculos com o petismo na condição de governo federal. Em resumo, os petistas mais antigos tendem a diminuir o engajamento e a priorizar uma agenda mais restrita,

³² A distinção entre os resultados referentes ao tempo de filiação e faixas etárias nos modelos expostos nas tabelas 9 e 10 reforça a informação acerca da ausência de efeito expressivo de colinearidade.

tanto no ambiente partidário como no social, em comparação ao novo petista (PALUDO, 2017; PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018).

Ressalta-se a capacidade preditiva do IPP, em razão de que cada aumento na escala do engajamento partidário incrementa a atuação em movimentos sociais. Tal resultado confirma a hipótese da presente dissertação, de que os filiados petistas acionam repertórios de participação política na medida em que o engajamento partidário influencia o envolvimento em movimentos sociais. Desta maneira, como indicou-se na análise da tabela 7, ao integrarem a participação tradicional e contestatória, os petistas teriam um elevado nível de engajamento político, semelhante ao encontrado entre os filiados a partidos políticos em democracias industriais (WHITELEY, 2011; SCARROW, 2015; PALUDO, 2017; RIBEIRO; AMARAL, 2020).

Por fim, com relação à variável sexo, homens tendem a maior atuação social em comparação à participação feminina, para qual o argumento é idêntico ao utilizado na explicação da codificação das variáveis: as desigualdades estruturais da sociedade, sendo uma delas a conciliação da tripla jornada (a ocupação profissional, o trabalho doméstico e o engajamento político) impõem barreiras e aumentam os custos da participação política de mulheres (AYRES, 2018; RIBEIRO; AMARAL, 2020).

Deste modo, responde-se a última pergunta levantada durante a introdução desta dissertação e no decorrer do presente capítulo: os filiados petistas mobilizam repertórios de ação política e, como indicou-se nos modelos de regressão para a participação partidária e participação social, combinam a atuação intrapartidária e social. Contudo, o contexto de filiação parece influenciar o conjunto de atividades desempenhadas socialmente e internamente ao partido, na medida em que alteram os incentivos esperados do engajamento.

As análises multivariadas a respeito da participação partidária dos membros petistas apontam o tempo de filiação, a idade e o sexo como condicionantes do engajamento no partido. Contudo, cabe destacar que, nesta dissertação, utilizamos tais variáveis como controles a fim de testar as capacidades preditivas do tempo de filiação e dos repertórios de participação, a despeito da literatura apontar o sentimento de eficácia política e os incentivos coletivos (RIBEIRO; AMARAL, 2020), por exemplo, como outros preditores. Assim, justifica-se em alguma medida a capacidade explicativa (R^2) do modelo.

Os achados referentes a participação social dos filiados petistas revelam o engajamento partidário, o sexo, a escolaridade, o tempo de filiação e a idade como determinantes do ativismo social. Deste modo, reafirmam a centralidade social do grupo

estudado e a importância do acúmulo de recursos necessários à mobilização de habilidades cívicas estimulantes do ativismo em associações, movimentos e organizações sociais.

Diante disto, a participação política dos filiados petistas seria um fenômeno multifacetado, em razão da sua lógica de atuação se alterar a depender dos incentivos esperadas no engajamento. Tal achado corrobora com os resultados encontrados por Scarrow (2015) e Ribeiro e Amaral (2020) no contexto de democracias consolidadas e entre aquelas em processo de consolidação, como a brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi investigar como os filiados ao PT atuam entre as atividades sociais e partidárias. A justificativa do estudo se dá pela elevada produção acadêmica a respeito dos partidos políticos a partir do comportamento eleitoral ou identificação partidária, enquanto os estudos pela ótica dos filiados seriam escassos no Brasil. Assim, o presente trabalho buscou contribuir para o preenchimento de lacunas nessa agenda em construção na Ciência Política, ainda que focado especificamente em um único partido; mas, por outro lado, revela-se pertinente e relevante por se tratar do mais expressivo partido nacional.

Nesse sentido, o balanço da literatura indicou o declínio do ativismo tradicional em democracias consolidadas baseado na queda das taxas de comparecimento eleitoral há cinco décadas, atingindo especialmente os partidos políticos. O processo não se restringiu ao eleitorado e afetou a *membership*, dada a dificuldade em manter os velhos e recrutar novos filiados, colocando em xeque a face representativa dos partidos. Assim, os partidos diminuíram os custos da filiação, ao mesmo tempo em que incorporaram um novo perfil de ativista, presente somente com suas contribuições financeiras, e, ainda em simultâneo, enxergou no Estado um caminho para desempenhar novas funções, como a gestão da democracia.

Em se tratando especificamente do caso brasileiro, destacou-se a exceção do Partido dos Trabalhadores (PT) no cenário brasileiro, constituído por setores organizados da sociedade envolvidos na luta pela redemocratização, sendo que, em sua trajetória, o PT acumulou altas taxas de partidatismo, identificação partidária e filiação, que o credenciou à vitória na eleição presidencial de 2002. Nesse caminho, o partido estreitou laços com o Estado, reduziu o papel dos filiados na atuação partidária, moderou o discurso e flexibilizou o recrutamento partidário.

Diante de tal contexto, a análise do banco de dados de filiados petistas buscou responder as perguntas levantadas na introdução desta dissertação. Para tanto, o primeiro conjunto de resultados evidenciou que a maior parte dos respondentes atuava por meio de múltiplas atividades tanto no interior do partido quanto em seus vínculos sociais. De maneira mais detalhada, verificou-se a força do envolvimento em campanhas eleitorais e em reuniões como atividades partidárias tradicionais em detrimento à organização do partido, por um lado, e a elevação do engajamento social relacionado a pautas de direitos de minorias e ambientais, por outro.

Ao buscarmos compreender a pertinência da divisão entre velhos e novos filiados com relação à realização de atividades, os resultados apontaram que a diferenciação não é pertinente para todas as formas de participação, mas que, quando significativa, remete a distintos grupos de destaque: velhos filiados se engajariam mais em atividades partidárias e novos filiados seriam mais atuantes no que tange à participação social. Este resultado permitiu inferir que os velhos filiados compõem o núcleo do partido, responsáveis pelo seu funcionamento ao articular, coordenar e mobilizar tais atividades, ao passo que os novos filiados formalizaram ou mesmo estabeleceram seus vínculos com o partido motivados pela condição do PT no Governo Federal. Nesse sentido, tempo de filiação e incentivos influenciam a atuação partidária e social dos velhos e novos petistas.

Ao avançarmos no sentido de compreender a existência de homogeneidade no engajamento, tanto a análise fatorial quanto o *Alpha* de *Cronbach* indicaram que aqueles que se envolvem em atividades de ambas as naturezas (partidária e social) tendem a participar de diversas ações. Isto posto, compuseram-se os índices de participação partidária e de participação social e tornou-se possível avançar à última questão desta pesquisa.

A fim de verificar se os filiados petistas combinam modalidades de atuação partidária e social, foram construídos dois modelos de regressão linear, tendo como variáveis explicativas o tempo de filiação e, principalmente, os índices de participação acima destacados, sendo um testado como preditor do outro. Ambos os resultados, significativos estatisticamente, apontam que os repertórios de participação influenciam de maneira expressiva o engajamento dos petistas nas duas dimensões analisadas nesta dissertação, o que significa que os filiados petistas combinam modalidades de participação intrapartidárias e sociais em sua atuação política.

Tendo em vista tanto a discussão teórica quanto o conjunto de resultados apresentados, conclui-se que o panorama acerca da fragilidade dos partidos políticos frente à difusão de novas práticas de ativismo em democracias consolidadas não condiz ao encontrado especificamente com relação ao PT. O fato de os filiados petistas acionarem repertórios de participação política combinando atividades partidárias e sociais em seu engajamento revela a conciliação entre atuação tradicional, pós-materialista e até mesmo contestatória, o que significa que o engajamento no partido se renova de maneira concomitante ao fortalecimento de laços entre aqueles que permanecem atuando no interior da legenda.

Para além dos resultados discutidos nesta dissertação, há potencial conteúdo para o estabelecimento de uma agenda de pesquisas, tanto por se tratar de temática ainda pouco explorada sob a perspectiva empírica e com escopo nacional no Brasil quanto por conta da

hipótese rival às análises apresentadas, que seria considerar geração e/ou ciclo de vida como determinantes da participação em diálogo com o tempo de filiação.

Tendo em vista que investigações que tratam da relação entre grupos etários e o engajamento no PT permitem interpretações de natureza quantitativa e qualitativa, são caminhos possíveis tanto o refinamento de testes estatísticos quanto interlocuções com pesquisas decorrentes de entrevistas, grupos focais e análises documentais, por exemplo. Assim, para a agenda futura, considerando o ciclo de vida, o recorte geracional e o contexto em que o filiado buscou filiação, é pertinente explorar a hipótese rival (ou alternativa) que permita responder: os velhos filiados petistas participam mais entre as atividades intrapartidárias por estarem a mais tempo vinculados ao partido ou simplesmente por serem mais velhos?

REFERÊNCIAS

- ALCÁNTARA SÁEZ, M.; FREIDENBERG, F. Partidos políticos na América Latina. **Revista Opinião Pública**, v. 8, n. 2, p. 137-157, 2002.
- AMARAL, O. M. E. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese [Doutorado]. UNICAMP: Campinas, SP, 2010.
- AMARAL, O. E. do. **Por dentro das bases partidárias**: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. *In*: Congresso da Brazilian Studies Association, 12., 2014, Londres. Anais... Londres: Brazilian Studies Association, 2014a.
- AMARAL, O. E. do. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos**: uma avaliação de 100 anos de literatura, 2013.
- _____. **No Brasil, os partidos existem e são importantes**. Disponível em <<http://www.condistintosacentos.com/no-brasil-os-partidos-existem-e-sao-importantes/>>. Acesso em 18 dez. 2014b.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BARNES, S; KAASE, M. **Political Action**: mass participation in five western democracies. Beverly Hills, Sage, 1979.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v.27, n. 2, p. 263-288, 2012.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. *In*: BAQUERO, M. (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 95-118, 2011.
- BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p.43-73, jul./dez. 2010.
- BRAGA, M. do S. S.; RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. do. El sistema de partidos en Brasil: estabilidad e institucionalización (1982-2014). *In*: FREIDENBERG, F. **Los sistemas de partidos en América Latina**, v. 2015, 1978.
- BRAGA, M. do S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Humanitas, 2006.
- BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JUNIOR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, v.17, n.2, p.271-303, 2011.
- CARREIRÃO, Y. de S. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.14, p.255- 295, mai.-ago. 2014.

CARREIRÃO, Y. de S. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 319-351, 2008.

CARREIRÃO, Y. de S; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

_____. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Getulio Vargas, 2002.

DAHL, R. A., LIMONGI, F., PACIORNIK, C. **Poliarquia**: participação e oposição. Edusp, 1997.

DALTON, R. J. **The apartisan American**: dealignment and changing electoral politics. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans**: political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University, 2002.

DELLA PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Estampa, 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017a.

_____. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. *In*: MARTELLI, C. G. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. **Participação política e democracia no Brasil contemporâneo**. Araraquara: Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, 2017b. (*no prelo*).

GIMENES, E. R.; FURRIEL, W.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, v. 10, n. 2, p. 121-148, 2016.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Florianópolis, 2015.

HEIDAR, K. Party membership and participation. *In*: KATZ & CROTTY (org). **Handbook of Party Politics**. Uk: SAGE, p. 301-315, 2006.

INGLEHART, R. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University, 1977.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of Comparative Sociology**, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

KATZ, R.; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **The American Review of Politics, Fayetteville**, v. 14, p. 593-617, winter, 1993.

_____. (ed.). **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

_____. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

KATZ, R.; MAIR, P. “Cadre, Catch-All or Cartel?: A Rejoinder”. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525-534, 1996.

KECK, M. PT, **A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n.57, p.65-81, 2005.

KINZO, M. D. G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Centro de Estudos Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

MANNHEIM, K. **The problem of generations**. Essays on the Sociology of Knowledge, 276-320, 1928.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Revista Análise Social**, Lisboa, v. 38, n. 167, p.277-293, 2003.

MATOS, D. A. S.; RODRIGUES, E. C. **Análise fatorial**. Brasília: ENAP, 2019.

MENEGUELLO, R. **PT: Inovação do sistema partidário brasileiro. Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e sua participação nas eleições de 1982 em São Paulo**. Campinas. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, 1987.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, Editora UnB, 1982.

MILBRATH, L. **Political Participation: How and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática, 1995.

NICOLAU, J. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. *In*: MARTINS, C. B.; LESSA, R. **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: ANPOCS, 2010.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. *In*: BOIX, C.; STOKES, S. C. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University, 2007. p. 628-652.

_____. **Critical citizens: global support for democratic governance.** Oxford: Oxford University, 1999.

OKADO, L. T. A. **Valores emancipatórios e participação política em países da América Latina.** 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

OKADO, L. T. A., & RIBEIRO, E. A. (2017). **Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios.** Revista Brasileira de Ciência Política, (24), 7-48.

PALUDO, J. R. **Participação de alta intensidade e militantismo dos filiados de base do PT no Brasil.** 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PALUDO, J. R., BORBA, J., & GIMENES, É. R. Participação de alta intensidade entre os filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 27, n. 2, 2018.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PUTNAM, R. D. (Org.). **El declive del capital social.** Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

REIS, F. W. Governabilidade, instituições e partidos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 41, p. 125-151, 1995.

RENNÓ, L. & CABELLO, A. As Bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, n. 74, 2010.

RIBEIRO, P. J. F. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** São Carlos. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

RIBEIRO, P. F. **What do these people want? Membership and activism in Brazilian political parties.** Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2431874>. Acesso em 17 dez. 2014.

RIBEIRO, P. F.; AMARAL, O. E. Party members and high-intensity participation: evidence from Brazil. **Revista de Ciência Política**, v. 39, n. 3, p. 489-515, 2019.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-63, jun. 2010.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. **Participação Política na América Latina.** Eduem, Maringá, 2015.

RIBEIRO, E. A.; GIMENES, É. R.; LAZARE, D. C. M.; FURRIEL, W. O. Determinantes da filiação partidária no Brasil. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, 2018. (no prelo)

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

_____. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Revista Opinião Pública**, v. 17, n. 2, p. 333-368, 2011.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 80)**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCARROW, S. **Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization**. New York: Oxford University Press, 2015.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Party Government**. New York: Holt, Reiner and Turner, 1942.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.88, p.111, 2010.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

SPECK, B. W. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 37-60, jun. 2013.

SPECK, B.; BRAGA, M. S. DE S.; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 125-148, 2015.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Revista Opinião Pública**, v.17, n. 2, p.400-425, 2011.

VEIGA, L.F. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, v. 13, n. 2, p.340-365, 2007.

VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. **Revista Perseu Abramo**, n. 5, p. 196-214, 2010.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. New York: Harper & Row Publishers, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. **Voice and equality: Civic voluntarism in American politics**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff? **Journal of Civil Society**, London, v. 1, n. 2, p. 121–146, set. 2005.

WITHELEY, P. F.; SEYD, P. **High intensity participation**: The dynamics of party activism in Britain. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2002.

ANEXOS

Tabela A. Modelo Linear para participação partidária com o IPS³³

Controles	Beta (Sig)
Sexo	,078 (.055)
Renda Familiar	,009 (.835)
Níveis Escolaridade	,030 (.497)
Velhos e Novos filiados	-,159 (.000)
IPS	,148 (.000)
R ²	,052

N = 625

Fonte: Survey elaborado por Paludo (2014)

Tabela B. Modelo Linear para participação em movimentos sociais com o IPP³⁴

Controles	Beta (Sig)
Sexo	,086 (.034)
Renda Familiar	-,030 (.497)
Níveis Escolaridade	,109 (.013)
Velhos e Novos filiados	,120 (.004)
IPP	,147 (.000)
R ² ajustado	,045

N = 625

Fonte: Survey elaborado por Paludo (2014)

³³ Trata-se de modelo semelhante àquele exposto na tabela 9, porém sem a variável “faixa etária”.

³⁴ Trata-se de modelo semelhante àquele exposto na tabela 10, porém sem a variável “faixa etária”.